



PRÊMIO RODRIGO

31ª Edição
Melo Franco de Andrade

Homenagem ao Patrimônio Cultural do Norte do Brasil

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

31ª Edição

PRÊMIO RODRIGO

Melo Franco de Andrade

Homenagem ao Patrimônio Cultural do Norte do Brasil

Brasília
IPHAN
2018

Créditos

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Cultura
Sérgio Sá Leitão

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração do Iphan
Marcos José Silva Rêgo

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

Diretor do Departamento de Cooperação e Fomento do Iphan
Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Projetos Especiais do Iphan
Robson Antônio de Almeida

Assessoria de Comunicação da Presidência do Iphan
Fernanda da Silva Pereira

Organização Geral do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade
Sérgio Paz Magalhães
Fernanda Bittencourt Vieira
Emanoela de Oliveira César
Douglas Medeiros
Neylane Santana
Paulo Peters

Produção da Cerimônia de Premiação
Luciana Vecchi Martins da Cunha
Jamesson Jackson de Faria Souza
Fernanda da Silva Pereira

Revista da 31ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Edição
Adélia Soares

Redação
Glória Tega

Revisão
Adélia Soares
Glória Tega
Mécia Menescal

Projeto Gráfico e Diagramação
Vitor Corrêa

Créditos das fotografias

Rodrigo Melo Franco de Andrade
Acervo Alice de Andrade

OCA - Origens, Cultura e Ambiente
Acervo Projeto OCA - Origens, Cultura e Ambiente
Glenn Shepard

Circular Campina Cidade Velha
Cláudio Ferreira/Otávio Henriques

Vila Maria Zélia – 100 anos
Glória Tega
Acervo Vila Maria Zélia – 100 anos

Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D'Água
Glória Tega

Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco
Acervo Fundarpe

Letras que flutuam
Nailana Thiely/ Acervo Projeto Letras que Flutuam

II Caravana do Museu Indígena Tremembé
Iago Barreto

Sonário do Sertão
Acervo Projeto Sonário do Sertão

Comissão Nacional de Seleção
Glória Tega

Lia Sophia
Fred Chalub

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59p

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).
Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade : 31ª edição : homenagem ao Patrimônio Cultural do Norte do Brasil / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) ; edição Adélia Soares ; redação Glória Tega. – Brasília-DF : IPHAN, 2018.
91 p. ; 23 x 25 cm.

1. Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Brasil. 2. Patrimônio Cultural – Brasil. 3. Política cultural – Brasil. I. Soares, Adélia. II. Tega, Glória.

CDD 363.690981

Sumário

Responsabilidade compartilhada

Sérgio Sá Leitão

Diversidade: A riqueza dos brasileiros

Kátia Bogéa

O Norte do Brasil e sua exuberância

Um herói silencioso

Alice de Andrade

O passado marcando o presente e construindo o futuro

OCA - Origens, Cultura e Ambiente

A história que brota da terra

27

Circular Campina Cidade Velha

Arte e cultura produzindo vida

35

Associação Cultural Vila Maria Zélia

Lembrança que virou realidade

43

Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D'Água

Planta esperança, colhe cultura!

51

Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco

Patrimônio Cultural vivo e festejado

61

Letras que Flutuam

A escrita das águas

69

II Caravana do Museu Indígena Tremembé

Troncos velhos que preservam tradições

77

Sonário do Sertão

Eu falo, tu falas, nós escutamos

85

Comissão Nacional: uma missão cumprida

92

O cenário da maior festa do Patrimônio Cultural Brasileiro

95

somos descobridores

Redescobrir o patrimônio
da região Norte do Brasil é mais
do que preservar o passado.
É proteger o futuro.

A Vale participa da preservação de patrimônios do Brasil, pois reconhece a importância da história dos locais e das pessoas. O patrimônio cultural é a identidade de um povo, é sua memória, é sua evolução. Este ano, o Norte ganha destaque, e nós apoiamos o fortalecimento dessa região onde investimos com muito orgulho há mais de 30 anos. Afinal, redescobrir as nossas raízes, respeitando a cultura local, faz parte da nossa natureza. Vale. Patrocinadora do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2018.

Redescobrir é a nossa natureza.



Foto: Fernando Sette

AFRICA



Compromisso
em transmitir
energia para o
Brasil

Nós acreditamos no poder da energia e, por meio dela, apostamos no crescimento do país e em um futuro melhor para todos os brasileiros, entregando energia limpa, confiável e sustentável aos grandes centros de carga.

Em oito anos de atuação, estamos entre as maiores empresas de energia do Brasil, operando 18 concessionárias de transmissão de energia e participando, majoritariamente, em mais quatro consórcios.

Através das linhas de transmissão, descobrimos e preservamos o patrimônio histórico do país, missão que faz parte de nossos objetivos de promover a cultura e o bem-estar da sociedade em que vivemos.

Este é apenas o início de uma história duradoura para o desenvolvimento do país. Nos próximos anos, ampliaremos nossa atuação operando cerca de 14 mil quilômetros de linhas de transmissão em todo o território nacional.



XINGU RIO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

Responsabilidade compartilhada



O Patrimônio Cultural mostra quem somos, revela nosso percurso histórico e serve de guia para a construção de um futuro singular e altivo, inspirado nos valores, símbolos, referências, ações e talentos dos que nos antecederam na jornada brasileira. Conservá-lo, cultivá-lo e restaurá-lo são, por isso mesmo, tarefas fundamentais de uma política cultural relevante.

Há 31 anos, nos reunimos anualmente para reverenciar brasileiros que contribuem para manter de pé nossa identidade, em sua riqueza e diversidade. É quando pegamos emprestado o olhar atento e curioso do escritor e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e primeiro diretor do Iphan, para selecionar e reconhecer, publicamente, iniciativas de excelência voltadas à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Proteger e preservar nosso Patrimônio Cultural, seja ele material ou imaterial, é dever do Estado, mas é também papel da sociedade. As iniciativas que estamos premiando este ano, e as que já foram agraciadas nas últimas três décadas, são exemplos de como a ação participativa de indivíduos, de comunidades, de associações e de empresas vêm permitindo que sítios históricos sejam restaurados e alcancem sustentabilidade e que práticas tradicionais sejam registradas, promovidas e preservadas para as futuras gerações.

Vivemos um momento importante na área do Patrimônio Cultural, em que o país volta suas atenções justamente para a discussão sobre um modelo mais sustentável e participativo de política para o setor, menos dependente da engessada máquina estatal. A criação de fundos patrimoniais para a área da cultura, prevista na Medida Provisória 851, em discussão no Congresso Nacional, é um exemplo das inovações que estão em debate. Os rendimentos desses fundos se transformarão em fonte de sustentabilidade contínua para museus, sítios históricos e inúmeros projetos culturais de grande importância.

Se aprovada, a medida será um passo significativo na modernização do atual modelo de financiamento, gestão e governança da cultura, somando-se ao muito que tem sido feito ultimamente. Desde 2016, o investimento do Governo Federal em Patrimônio Cultural, museus e memória soma cerca de R\$ 1,2 bilhão, considerando todos os mecanismos disponíveis. Só em 2018, estamos investindo diretamente, com recursos orçamentários, quase R\$ 200 milhões em obras de restauro e preservação de Patrimônio Cultural. Melhoramos muito a eficiência e a eficácia dessas ações e temos procurado enfatizar a dimensão da sustentabilidade.

As iniciativas que celebramos no **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** nos revelam essa capacidade de forma exemplar: integram, inovam e produzem resultados sustentáveis. Talvez possamos aprender com elas a lançar um novo olhar sobre a cultura e a política de Patrimônio Cultural. Um olhar capaz de apreender não só a tradicional dimensão simbólica de nossos bens e serviços culturais, mas também sua infinita capacidade de agregar valor e de gerar riqueza e desenvolvimento.

Parabéns aos vencedores. Vocês são referências para a cultura brasileira e para o país.

Sérgio Sá Leitão
Ministro de Estado da Cultura

Diversidade:
a riqueza dos
brasileiros



Um país continental, repleto de manifestações, tradições, arquitetura diversa, usos e formas de expressão as mais variadas. Promover, preservar e, mais do que tudo, garantir que as futuras gerações conheçam toda essa riqueza são os principais e os maiores desafios de todos que dedicam sua vida a essa diversidade cultural, uma das maiores do planeta. Nos seus 81 anos de existência, o Iphan - a primeira instituição dedicada à preservação do Patrimônio Cultural na América Latina - tem trazido a **diversidade** em suas ações. Haja visto os mais recentes processos de tombamento e registro no Brasil que abarcam tradições católicas e de matrizes africanas; grandes centros urbanos e pequenas comunidades quilombolas; rituais indígenas e festas populares. Essa heterogeneidade, podemos afirmar, é também a principal característica desta edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**.

Destacadas entre 302 projetos inscritos em todo o país, as ações vencedoras em 2018 são a representação de todas as milhares de iniciativas existentes neste rico Brasil, que enfrentam o desafio de manter nossa memória e nosso Patrimônio Cultural plenamente vivo e dinâmico, em toda a sua essência! São esses os nossos maiores parceiros na gestão deste tesouro que se manifesta de múltiplas formas. Este ano, vindos de vários pontos do nosso imenso país, alguns praticamente desconhecidos de muita gente, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, mais uma vez, exalta e promove a nossa diversidade, apresentando projetos que vão do indígena ao fazendeiro, da vila operária às embarcações, do que aflorou do chão aos sons que traduzem o sertão nordestino, passando, também, pelo resgate e promoção das áreas urbanas.

Assim também, variado e exuberante, é o Norte do Brasil. E é por isso, para mostrar a todo o país essa preciosidade, que este ano, a cerimônia do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** está sendo realizada no Teatro da Paz, em Belém do Pará, dando prosseguimento à proposta do Iphan de itinerância do Prêmio, para que todos possam participar desta celebração, não apenas conhecendo, mas promovendo e se apropriando de tudo aquilo que foi, e ainda é, responsável pela formação da nossa identidade, do povo brasileiro.

Tal constatação nos leva a outro ponto: a sustentabilidade do Patrimônio Cultural Brasileiro. Por muitos anos relegados a apenas um título, os bens protegidos pelo Iphan hoje são, sem dúvida, ativos que impulsionam a economia e a cidadania. Em 2018, este tem sido o principal propósito do Iphan, que encarou o desafio de promover a compreensão do Patrimônio Cultural como vetor de desenvolvimento social local, em uma interlocução direta com a comunidade, setor público, pesquisadores e detentores das práticas culturais. Romper as fronteiras entre os trabalhos de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural, engajando as comunidades na responsabilidade compartilhada de gestão dos bens culturais é o desafio. É um novo cenário que também está presente nesta edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** e em todo o Patrimônio Cultural da região Norte.

Parabéns aos vencedores, parabéns a todos os concorrentes, parabéns a todos os nossos parceiros, parabéns a todos os brasileiros por sua força, por sua determinação e por todo o amor à nossa memória e ao nosso futuro!

Kátia Bogéa
Presidente do Iphan



O Norte do Brasil e sua exuberância

O Brasil é um país de grande diversidade cultural, formado por 27 estados, povoados por diferentes formadores da identidade brasileira. Recebeu – e ainda recebe – influências de vários grupos étnicos e sociais que também ofereceram diferentes contribuições. São povos indígenas, portugueses, árabes, japoneses, africanos, holandeses, entre outros. São crenças, visões de mundo, saberes e fazeres diversos que constroem, em um processo dinâmico, um povo festivo, devoto, criativo e extremamente orgulhoso de suas tradições.

Nesse movimento contínuo de formação da cultura brasileira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia pública federal vinculada ao Ministério da Cultura, tem como missão promover e coordenar as ações de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Tanto a Missão como a Visão do Iphan estão atreladas à manutenção de valores que englobam: a qualidade de vida; as memórias e identidades; o acesso ao patrimônio cultural; a valorização da diversidade; o desenvolvimento sustentável; a cidadania cultural; a descentralização, regionalização e desconcentração; e a inclusão social.

Mostrar para todo o Brasil o que há no Norte, enfatizando a valiosa cultura desta região, refletindo a multiplicidade de seus bens culturais, dentro de um país tão grandioso e diverso, é a proposta do Iphan ao promover uma série de ações, em 2018, voltadas para o Patrimônio Cultural do Norte do país. Por meio das Superintendências em Tocantins, Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia é que o Iphan atua cotidianamente na preservação e valorização da rica sociobiodiversidade amazônica, propondo o reconhecimento da cultura e das tradições do Norte do Brasil como relevantes componentes para formação da identidade do povo brasileiro.

Falar dessa região é ir muito além de suas florestas, seus rios e sua fauna. É falar, primordialmente, de seu povo, no passado e no presente, pensando no futuro. Em seu conjunto, a importância do Patrimônio Cultural do Norte do Brasil está em sua diversa e rica gama de bens, que, muitas vezes, ficam escondidos perante a exuberância ambiental da região. São dezenas de edificações e monumentos preservados, mais de cinco mil sítios arqueológicos, além de expressões culturais como o Círio de Nazaré, no Pará, e a Arte Gráfica Wajãpi, do Amapá, que são, também, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Também no Norte a diversidade do Patrimônio Cultural se faz presente. Basta comparar, por exemplo, bens relacionados com o Ciclo da Borracha, como a singela casa de Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, com a suntuosidade de palácios e teatros de Belém, no Pará, e de Manaus, no Amazonas. Isso sem falar nas pérolas da arquitetura, como a Vila Serra do Navio, no Amapá, e a cidade de Fordilândia, no Pará, erguidas em plena selva, no início do século XX. A região é, ainda, área de pesquisas que inquietam a humanidade, como, por exemplo, àquelas referentes aos Geoglifos, no Acre, e aos Megalitos de Calçoene, no Amapá (Stonehenge da Amazônia). Podemos seguir citando pelas riquíssimas tradições do Marabaixo, no Amapá, o Boi de Parintins, no Amazonas, e todas as tradições indígenas da região, muitas delas já sob a proteção do Iphan.

É por tudo isso que o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, em 2018, está plenamente dedicado à riqueza cultural do Norte brasileiro, promovendo seus povos, suas raízes, suas tradições. Sendo todos os brasileiros um único povo, o Iphan, sempre à frente de seu tempo – uma de suas principais marcas em seus 81 anos de história – traz para Belém todo o país, representado pelas ações vencedoras desta edição, e integra cada brasileiro à valorosa e brilhante diversidade cultural dos povos do Norte do Brasil.

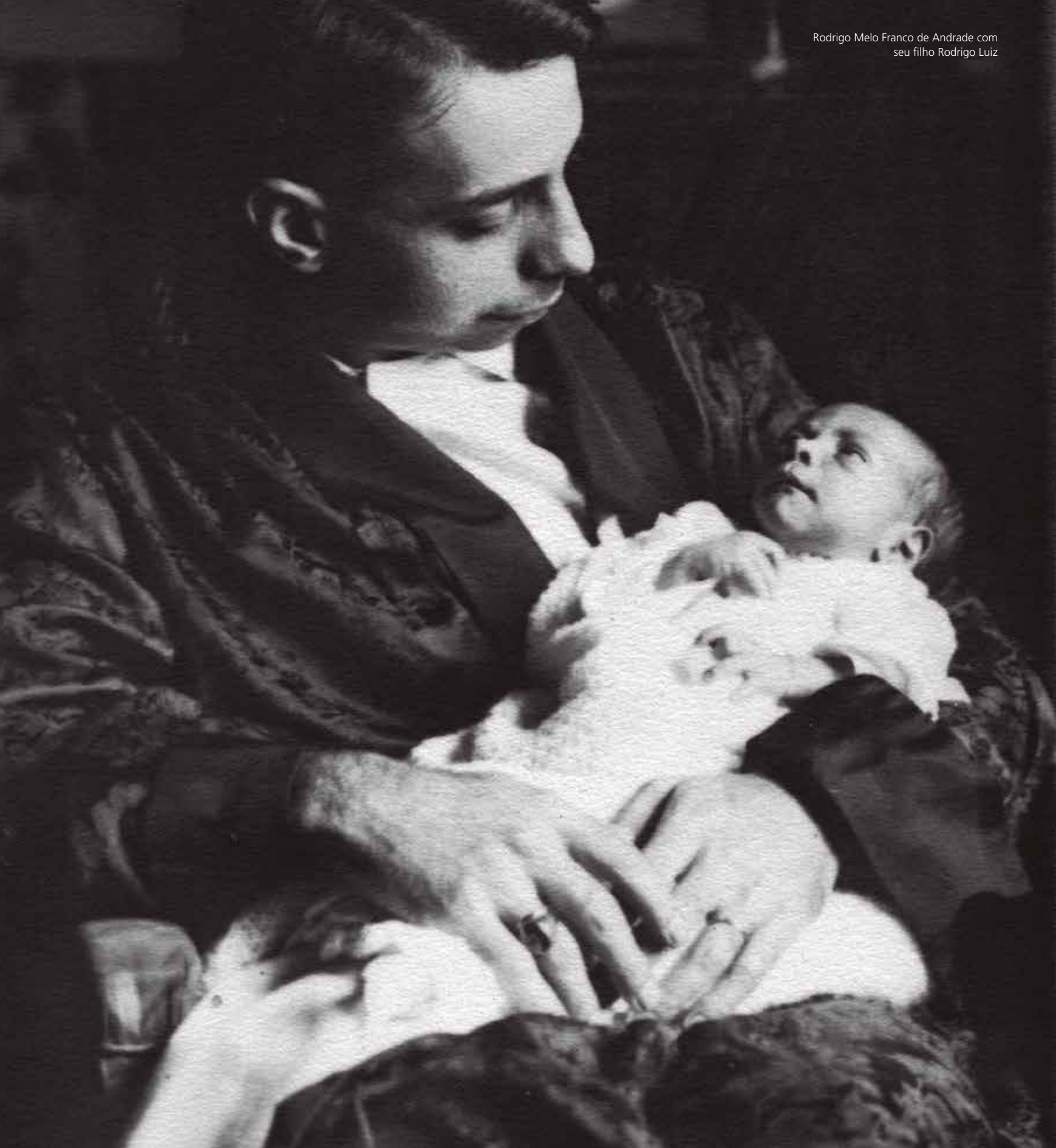
Missão

“Promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”.

Visão

“Ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade com
seu filho Rodrigo Luiz





Um herói silencioso

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Alice de Andrade

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018

Quando meu avô morreu, eu tinha quatro anos e uma grande cumplicidade nos unia. Passávamos manhãs inteiras brincando em seu escritório, onde as estantes cobertas de livros se transformavam nas vitrines da *Lojinha de Alice*. Eu o achava muito bobo por comprar e pagar por seus próprios objetos: um peso de papel de vidro de Murano, um calçador de sapatos de madrepérola, uma faca de cortar papel... Meu avô morreu inesperadamente, aos 70 anos, sem que pudéssemos nos despedir.

Sua presença carinhosa e, depois, sua ausência, marcaram minha vida. Vivi meus 20 primeiros anos no apartamento que meus pais construíram sobre a casa de meus avós em Ipanema (Rio de Janeiro-RJ), perfumada pelas balas de café e os biscoitos de goma de Dona Graciema. O casal teve três filhos: Rodrigo Luiz, Joaquim Pedro (meu pai) e Clara. Por lá transitavam Drummond (quase diariamente por telefone), Bandeira, Nava, Vinicius de Moraes e outros intelectuais importantes. Mas eu só me preocupava com um tal Soeiro (sucessor de meu avô no SPHAN), que rivalizava comigo na ocupação do escritório. É que, mesmo aposentado, e até a véspera de sua morte, **Dr. Rodrigo** nunca deixou de trabalhar no Patrimônio.

Na escola, descobri que meu avô tinha sido uma figura importante para o Brasil. Bisneto do primeiro biógrafo do Aleijadinho, órfão de pai poeta, meu avô completou seus estudos secundários em Paris, morando com o tio, Afonso Arinos de Mello Franco¹, antes de fazer estudos de direito, em Belo Horizonte, Rio e São Paulo, e tornar-se jornalista. Quando aceitou o convite de Gustavo Capanema para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ele já tinha uma sólida carreira na imprensa, que lhe rendeu grandes amigos entre os maiores modernistas. Foi com as ferramentas do direito, uma pluma afiada e uma rede de conhecimentos pessoais Brasil afora que meu avô arregaçou as mangas para salvar o patrimônio brasileiro.

Só quando li seu único livro de contos publicado, *Velórios*, 1936, é que fui entender o quanto deve ter lhe custado abdicar de sua vocação literária para dirigir o SPHAN. Um ano depois de assumir o cargo, com equipe e recursos mínimos, **Dr. Rodrigo** já tinha tombando os monumentos mais importantes de Norte a Sul do país.

¹ O autor do clássico regionalista *Pelo Sertão*.



Mas, se no trabalho era obstinado, “não dava murro em faca de ponta, vencendo pela pertinácia, pela habilidade e pela paciência”², era duro e, às vezes, irredutível com a família. Tentou a todo custo evitar que meu pai abandonasse a pesquisa e um emprego sólido na física para fazer cinema. Mas Joaquim Pedro não cedeu à pressão paterna e, depois de três dias trancado no quarto, foi meu avô quem bateu à porta do filho, para aceitar sua escolha. A partir daí, tratou de apoiá-lo, criando até um departamento de cinema para tramitar a importação de uma moviola³ na UNESCO, em que os jovens do *Cinema Novo* se revezavam 24 horas por dia para editar seus primeiros filmes. Foi meu avô quem tombou *Limite*, longa-metragem fundador de Mario Peixoto, que o entusiasmo de meu pai e seus amigos o fizeram descobrir.



1. Pedro de Moraes (diretor de fotografia) e Joaquim Pedro, na Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, durante as filmagens de *O ALEIJADINHO* (1978).

2. Joaquim Pedro de Andrade (sentado, à direita) e equipe nas filmagens de *O ALEIJADINHO* (1978).
http://filmesdoserro.com.br/film_al.asp

² Alceu amoroso Lima, in DPHAN, “A Lição de Rodrigo”, 1969.

³ Máquina para a montagem de filmes em película.



Enquanto Joaquim Pedro estudava cinema na Europa, **Dr. Rodrigo** casou-se em seu nome, por procuração, com minha mãe, Sarah de Castro Barbosa, para que ela pudesse se juntar a seu filho na lua-de-mel. Ela relembra até hoje a revolta reinante no cartório com o deslante daquele velho desposando uma mocinha. Foi em grande parte ela quem desenhou o personagem do **Dr. Rodrigo** em mim. Pendurada no braço do sogro sempre que podia, minha mãe viu Lotta de Macedo Soares comandar a construção do aterro do Flamengo, vibrou com a força moral com que o **Dr. Rodrigo** fez com que fosse demolido um prédio que ocultava a Igreja da Glória. Viu-o deitar-se nos bancos de São Francisco de Assis de Ouro Preto para apreciar a pintura de Ataíde no forro e divertiu-se com ele escondendo dos padres a importância das imagens de suas paróquias, passando-lhes descomposturas homéricas quando ousavam, por conta própria, mudar a cor de alguma parede.

3-4-5. Rodrigo M. F. de Andrade e Sarah de Castro Barbosa.

6. Mural pintado por Alberto da Veiga Guignard na casa de Ouro Preto, retratando Marília de Dirceu, musa do infidèle Thomás Antonio Gonzaga.

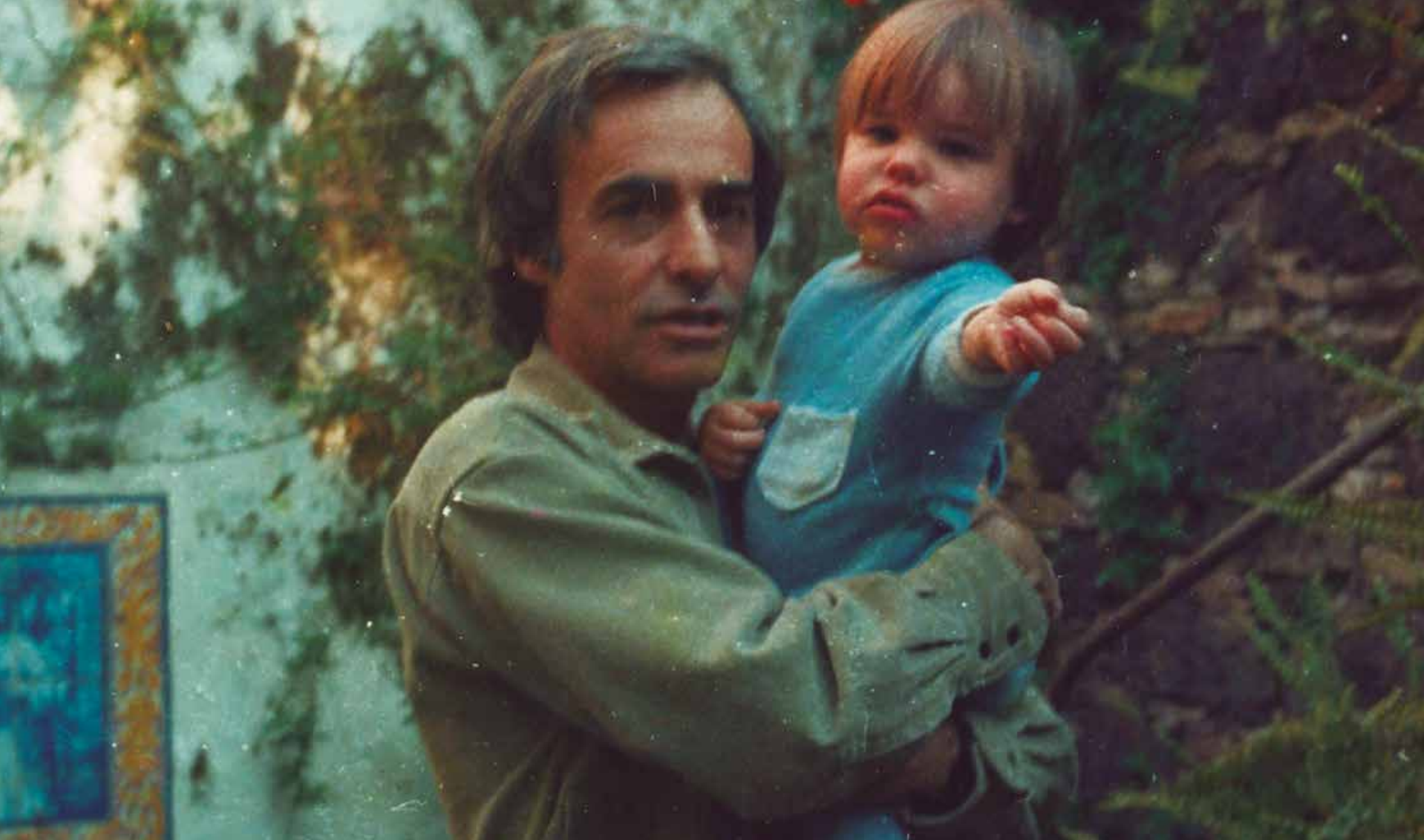


7. Graciema M. F. de Andrade na sacada de sua casa, na rua Direita, em Ouro Preto.

8. Joaquim Pedro e seu filho Antônio Francisco na casa de Ouro Preto (1978).

Em minha adolescência, de férias com minha avó e a família em nossa casa de Ouro Preto (anteriormente uma ruína, reconstruída a partir da planta de seu amigo Lucio Costa), entre o mural da Marília de Dirceu e os armários pintados por Guignard, sua presença era quase palpável. Eu o imaginava se divertindo com aquele vai e vem de fantasmas que eu sentia nas ladeiras carregadas de História, preservadas graças a ele. Muitas vezes fui sozinha ao Museu da Inconfidência me emocionar entre os blocos de granito em que ele fez gravar os nomes do Tiradentes e dos inconfidentes.

No auge da ditadura militar, meu pai - que dizia só se interessar pelo Brasil e só saber falar do Brasil - se refugiou na História para escapar da censura e retratar a repressão dos ideais de liberdade. *Os Inconfidentes* é dedicado “a **Rodrigo M. F. de Andrade**, com muito amor”. Nesse mesmo movimento, eu e meus irmãos, Maria Graciema e Antonio Francisco, entre 2003 e 2008, restauramos a filmografia completa de Joaquim Pedro de Andrade, degradada pela falta de condições de conservação, pós corte das verbas das instituições culturais no governo Collor.



No processo da restauração digital dessa filmografia, - preciosa por mostrar o Brasil antes, durante e depois da ditadura militar, mais além de seu valor artístico e cultural -, decidi estudar preservação fílmica para evitar a descaracterização dos filmes. Só aí tomei contato com os escritos de meu avô relacionados ao Iphan. Sua gestão funcionava como uma Universidade, da qual era o *Reitor*. No dizer de Lucio Costa: de portas sempre abertas, atraía os melhores colaboradores, estimulava vocações, editava revistas que garantiram ao Patrimônio Cultural Brasileiro reconhecimento mundial, inserindo o Brasil na universalidade da arte, ao mesmo tempo ressaltando sua originalidade.

Assim, no momento em que vivemos, relembrar a gestão de **Rodrigo**, conhecida como a *fase heróica do Patrimônio*, em referência à escassez de profissionais e recursos disponíveis, é oportuno e necessário. Só com muito heroísmo e obstinação será possível enfrentar os que insistem em repetir a demolição da nossa memória, em que investimos tanto em reconstruir e preservar. Meu avô talvez não apreciasse esse texto, cheio do que chamava de *rocamboles* (sentimentalismo e dós de peito), mas me pediram uma versão pessoal sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade, e é assim que eu o sinto dentro de mim.

Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu no dia em 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte (MG). Foi um dos responsáveis por dar início às atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Jornalista, foi redator-chefe e diretor da *Revista do Brasil* e, na política, foi chefe de gabinete de Francisco Campos, atuando na equipe que integrou o Ministério da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas. O grupo era formado por intelectuais e artistas herdeiros dos ideais da *Semana de 1922*.

O passado marcando o presente e construindo o futuro

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O patrimônio histórico artístico nacional. In: MECSPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.



O que constitui o Brasil não é apenas seu território, cuja configuração no mapa do hemisfério sul do continente americano se fixou em nossa memória, desde a infância, nem esse território acrescido da população nacional, o que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra da civilização realizada neste país. Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configuram de fato o Brasil, nem correspondem a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade

O tempo. As pessoas, suas memórias, suas histórias, suas músicas, suas comidas, seus rituais e rezas, seus saberes e fazeres, tudo o que elas deixam edificado ou esquecido embaixo de camadas de terras. Essas são marcas do passado que influenciam no presente e constroem o futuro.

Cada um reconhece, ou aprende a reconhecer, o que de tudo isso é importante preservar e manter em sua vida. Cada povo, comunidade, família e pessoa elege aquilo que sente e acolhe como seu Patrimônio Cultural. Cada pessoa se sente parte de algum resquício do passado. O reflexo desse sentimento de pertencimento ao Patrimônio Cultural são ações individuais ou coletivas que buscam preservar e valorizar esses bens, que só serão realmente protegidos se forem vivenciados todos os dias, num jogo de lembrar o passado no presente, pensando no futuro.

Nessa construção e preservação coletiva do Patrimônio Cultural, políticas públicas em conjunto com ações vindas da sociedade têm papel fundamental. É por isso que, há 31 anos, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** reconhece projetos que contribuem para a manutenção do que há de mais importante para uma sociedade: o Patrimônio Cultural. Desde 1987, a premiação leva a esses projetos muito mais que aporte financeiro, proporciona o reconhecimento nacional, a visibilidade das comunidades envolvidas, a aproximação com novos parceiros e investidores e a possibilidade de continuidade de suas iniciativas.

Pequenas comunidades, grupos, organizações da sociedade civil, grandes associações ou empresas de todos os cantos do país são os parceiros do Iphan nesta empreitada. Mais que isso. Todos os anos o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** prova que simples ideias se tornam projetos transformadores, comprovando a necessidade de, cada vez mais, o Patrimônio Cultural ser construído e gerido coletivamente, vivenciado todos os dias.

A 31ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Neste ano, o Iphan recebeu um total de 302 inscrições de ações culturais vindas de todo Brasil. Os projetos foram pré-selecionados pelas comissões estaduais, compostas por representantes de diferentes áreas de atuação, presidida pelos superintendentes do Iphan em cada estado. Depois de passarem pelas comissões estaduais, as 94 ações selecionadas chegaram à Comissão Nacional de Avaliação, formada pela presidente do Iphan e por 20 jurados que atuam nas áreas de preservação ou salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Assim, foram escolhidos oito projetos que são desenvolvidos nos estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Cada premiado receberá o valor de R\$ 30 mil, além do Selo do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2018, que poderá ser utilizado para atestar o reconhecimento que estão recebendo da sociedade e do Iphan.

Essas ações vencedoras representam, portanto, a diversidade da cultura brasileira e comprovam que a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural e da identidade nacional se dá sempre por meio da apropriação desses bens e dessas manifestações, contando com a dedicação daqueles que acreditam que é possível conciliar o desenvolvimento econômico e sustentável com a valorização da memória e da cultura.

Vencedores da 31ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

OCA - Origens, Cultura e Ambiente

Proponente: Museu Paraense Emílio Goeldi

Estado: Pará

O projeto desenvolveu ações com a comunidade de Gurupá que, por meio da história, da memória e da pesquisa arqueológica, realizou um processo de construção coletiva e valorização do Patrimônio Cultural do local. No Oca, pesquisadores e comunidades vivenciaram o Patrimônio Cultural e, juntos, realizaram uma construção multivocal do Patrimônio Cultural do lugar.

Circular Campina Cidade Velha

Proponente: Kamara Ko Fotografias LTDA ME

Estado: Pará

A ação aproxima parceiros institucionais públicos e privados com perfil para somar na idealização e implementação de planos e políticas de gestão voltadas às demandas específicas dos bairros do Centro Histórico de Belém e seu entorno. Atua como rede cultural organizada, reunindo moradores e outros atores sociais para a consolidação de um cenário de autossustentabilidade.

Vila Maria Zélia – 100 anos

Proponente: Associação Cultural Vila Maria Zélia

Estado: São Paulo

O projeto celebrou os 100 anos da fundação da vila operária Maria Zélia e, por meio das atividades comemorativas, debateu sua história e atual situação enquanto patrimônio histórico da cidade de São Paulo. A ação ainda reúne exposições e disponibiliza à comunidade registros e documentos referentes à história da vila.

Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D'Água

Proponente: Mário Augusto Nascimento Ribeiro

Estado: Bahia

A ação tornou acessível, viável e autossustentável o patrimônio material da Fazenda Engenho D'Água, por meio de sua restauração. Quando o atual proprietário adquiriu a fazenda, suas edificações estavam em ruínas e, de forma voluntária e com recursos próprios, trabalhou na revitalização do Patrimônio Cultural do local.

Menção honrosa

- Conjunto da obra do Prodetur Nacional (PE)
- Conservação, Restauo e Zeladoria do Château d'Eau (RS)
- Preservação da Imagem e Memória da Amazônia por John Adrian Cowell (GO)
- Assis Horta: Retratos (MG)

Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco

Proponente: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)

Estado: Pernambuco

O projeto cria um espaço de debates interdisciplinares e interinstitucionais sobre as diversas questões essenciais para a compreensão e difusão das formas de valorização, reconhecimento preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural de Pernambuco. São seminários, exposições, celebrações, encontros, rodas de conversas, visitas, oficinas, cursos e outras ações educativas que são promovidas em vários municípios pernambucanos desde 2008.

Letras que Flutuam

Proponente: Mapinguari Comunicação Visual

Estado: Pará

A ação identificou, entrevistou e registrou os artistas que abrem letra de barco, prática tradicional e particular de escrever os nomes dos barcos que navegam pelos rios da região. Por meio do projeto, foi possível conhecer suas técnicas e formas de aprendizado. Essas informações foram organizadas em produções audiovisuais, impressas e online, oficinas, palestras e exposições.

II Caravana do Museu Indígena Tremembé

Proponente: Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA)

Estado: Ceará

O projeto contribui para a preservação da memória, do patrimônio imaterial e para a difusão da cultura dos povos Indígenas do Ceará, por meio da realização de uma série de oficinas, palestras, rituais sagrados, danças e apresentações artísticas. O Pajé Luís Caboclo e o Cacique João Venança percorreram 15 municípios e 31 aldeias de 14 povos indígenas distintos, chegando a cada comunidade com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da Cultura Indígena e suas vivências sagradas.

Sonário do Sertão

Proponente: Camila Machado Garcia de Lima

Estados: Pernambuco e Bahia

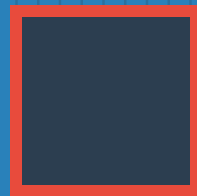
O sertão de Pernambuco e da Bahia traz uma orquestra que pouca gente escuta. É preciso ter sensibilidade para que os sons do cotidiano, da natureza, de práticas religiosas, de narrativas dos sertanejos, ladainhas e músicas sejam ouvidos como uma orquestra harmoniosa que torna os sons do sertão um retrato de seu Patrimônio Cultural. A ação forma e divulga um rico acervo de patrimônio imaterial a partir de registros sonoros e de festas e tradições, memória e narrativas, cotidiano e paisagem sonora das comunidades sertanejas desses dois estados nordestinos.

- “Saber Fazer”: Erva-mate do Planalto Norte Catarinense (SC)
- Projeto Gema (RS)
- O Museu no Balanço das Águas (AL)
- Saberes e Conhecimentos do povo Apinajé (TO)

Cate goria

Iniciativas de
excelência no
campo do
Patrimônio
Cultural Material

OCA - Origens, Cultura e Ambiente | **Pará**
Circular Campina Cidade Velha | **Pará**
Vila Maria Zélia - 100 anos | **São Paulo**
Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D'Água | **Bahia**







OCA - ORIGENS, CULTURA E AMBIENTE

PARÁ



A HISTÓRIA QUE BROTA DA TERRA

“Possibilitar às pessoas vivenciarem plenamente seu Patrimônio Cultural” é a máxima do **Projeto OCA: origens, cultura e ambiente**, que foi muito além das escavações arqueológicas iniciais no Forte Santo Antônio de Gurupá e no sítio arqueológico Carrazedo, localizado dentro de território quilombola de Gurupá Miri. Nesse pedaço do arquipélago do Marajó, no Pará, arqueólogos e comunidade, juntos, trouxeram à tona a longa história da ocupação humana no local e o olhar das vivências atuais para o Patrimônio Cultural.

Desenvolvido por uma equipe do Museu Paraense Emílio Goeldi, e contando com a participação das pessoas da comunidade, “o **OCA** nasce como um projeto acadêmico, tendo a pesquisa arqueológica apenas como fio condutor de várias outras ações nesta área de confluência dos rios Xingu e Amazonas. É importante ressaltar que o projeto entende arqueologia como uma possibilidade de construção conjunta de conhecimento histórico e assim de revitalização cultural da região”, explica Helena Pinto Lima, pesquisadora do Museu Goeldi e responsável pelo projeto.

Com essa premissa, ao longo dos últimos quatro anos, o **Projeto OCA** vem desenvolvendo uma série de ações voltadas para o Patrimônio Cultural, concebidas e desenvolvidas em uma construção conjunta, participativa, aberta e determinante da comunidade de Gurupá com os pesquisadores e estudantes, o Museu Goeldi e outras instituições parceiras, nacionais e internacionais. “Mais do que conhecido ou divulgado, o Patrimônio Cultural deve ser vivido. E assim, com as discussões e ações do **Projeto OCA** na comunidade de Gurupá, penso termos contribuído para que essa vivência fosse exaltada”, considera a pesquisadora.

Do restauro ao uso pela comunidade

A restauração da Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá, que data da metade do século XVII, foi entregue em abril de 2018, em um projeto que é fruto da parceria entre o Iphan e o Museu Paraense Emílio Goeldi. As atividades do **OCA** na fortificação tiveram início com as escavações em 2014 e, em 2017, continuaram com a oficina *Construindo uma proposta para o Forte de Gurupá*, com uma visita às obras de restauro do local. Foi a partir disso que a proposta da exposição *Gurupá na Encruzilhada da História* surgiu e, assim, foi produzida a muitas mãos, com curadoria compartilhada entre a comunidade, os pesquisadores do Goeldi e do Iphan. O objetivo foi dar visibilidade e tornar conhecidos os diferentes aspectos da cultura e da história de Gurupá, além da socialização das histórias, narrativas e das pesquisas arqueológicas realizadas.

“É necessário que todos abracem, busquem para si a responsabilidade de preservar o inestimável Patrimônio Cultural existente em Gurupá. E sensibilizando continuamente a comunidade através de iniciativas que resultem em cidadãos comprometidos com a cultura do município, certamente teremos um povo rico e orgulhoso de sua identidade”, aponta a moradora de Gurupá e professora de história, Cássia Luzia Lobato Benathar. Esse sentimento de importância por preservar o Patrimônio Cultural pode ser evidenciado com os objetos presentes na exposição. Na ocasião da montagem, muitos moradores trouxeram diversos artefatos que estavam sob sua guarda, como cerâmicas indígenas, e quiseram vê-los como parte da mostra. “A curadoria foi colaborativa e priorizamos sempre esses objetos trazidos em detrimento daqueles coletados pelas metodologias científicas da arqueologia. Ao ver o Forte de Santo Antônio, uma construção colonial de quase 400 anos, antes abandonada e vandalizada, ser hoje frequentado por vários grupos de diferentes idades mostra que a relação daquelas pessoas com o Patrimônio Cultural de Gurupá mudou para melhor”, conclui Helena Pinto Lima.

“Penso que o Patrimônio Cultural é cuidado quando é vivido, quando faz parte da vida das pessoas, em relações que entrelaçam memória e história, cuidado e afeto. Assim, devemos ir além da ideia de preservar ou mesmo de divulgar o Patrimônio Cultural. Essas ações são importantes, mas penso que se deve possibilitar às pessoas vivenciarem plenamente seu Patrimônio Cultural. Isso sem dúvida por meio de políticas públicas, mas também por pequenas ações de estímulo e respeito às diferentes tradições culturais brasileiras”.

Helena Pinto Lima





A diversidade de vários povos resgatada em uma só cultura

Gurupá concentra uma diversidade cultural que é resultado de uma longa história de ocupação do território por grupos diversos, como indígenas, imigrantes europeus, judeus e quilombolas. As atividades do **OCA** trouxeram a discussão e consolidaram a participação desses povos na história local.

Nesse sentido, o trabalho construído pelo **OCA**, que aborda essa diversidade de origens e heranças, proporciona uma efetiva valorização dessas manifestações, promovendo a inclusão social de grupos minoritários e a valorização da pluralidade. “O projeto proporcionou às pessoas a oportunidade de conhecer a fundo o processo de construção histórica de nossa gente. Nessa perspectiva, entendemos como é importante preservar nossa rica cultura”, avalia Fábio dos Passos Alho, professor da Rede Pública de Ensino de Gurupá.

O projeto promoveu as diversas ações que sensibilizaram gestores, professores e a sociedade em geral de Gurupá quanto à importância do valor do Patrimônio Cultural, arqueológico e da história do lugar. Os destaques foram as oficinas, a produção de materiais de divulgação, a documentação de narrativas e história oral, a realização de sítios-escola de arqueologia, o auxílio aos gestores na promoção de ações de salvaguarda ao Patrimônio Cultural, a organização de acervo documental para a biblioteca local e a montagem de exposição colaborativa no Forte Santo Antônio de Gurupá. “O **projeto OCA** nos mostrou o caminho que devemos seguir para preservar o nosso bem maior que é o Patrimônio Cultural de nossa comunidade”, conclui Josiane Bastos Coimbra, professora de Gurupá.

“Após as ações do OCA em parceria com a comunidade, o entendimento de história e cultura, na sua essência, ganhou outros olhares dos habitantes”.

Cássia Luzia Lobato Benathar

As escavações arqueológicas participativas

Entre as ações realizadas pelo projeto está o sítio-escola de arqueologia em Gurupá, fruto de uma parceria entre o Museu Goeldi, a universidade americana Middle Tennessee State University e a universidade coreana Seoul National University. Além da escavação arqueológica em si, as atividades de um sítio-escola compreendem também apresentar aos participantes alguns pressupostos básicos do trabalho do arqueólogo em campo e em laboratório – uma vez que a oficina inclui todo o processo de curadoria do acervo coletado, da escavação ao armazenamento.

Orientados por arqueólogos e antropólogos experientes - membros e colaboradores do **Projeto OCA** -, mais de 30 participantes, entre professores e estudantes brasileiros e estrangeiros, participaram do sítio-escola, colaborando nas escavações e trabalhos arqueológicos conduzidos na área do Forte em julho de 2017. “Este formato de trabalho de campo de arqueologia tomou uma dimensão muito maior do que anteriormente imaginei. Tornou-se uma espécie de laboratório cultural onde professores, estudantes e interessados de diversas nacionalidades, culturas e línguas, passam a interagir intensivamente em torno do fazer da arqueologia”, enfatiza Helena Pinto Lima, responsável pelo **OCA**.



Além disso, durante todo o funcionamento do sítio-escola, crianças e jovens visitantes tiveram igualmente a oportunidade de efetivamente escavar, peneirar, coletar e registrar seus achados junto com os arqueólogos e estudantes nas escavações. “O conhecimento dinamizado através da educação permite que todas as formas de pensar e fazer história legitimam a sua existência. É a porta que se abre para a valorização das experiências, dos saberes produzidos pelo homem”, considera a professora Cássia Benathar, destacando a importância da participação da comunidade em uma experiência de sítio-escola.

Tombada pelo Iphan em 1963, e construída em meados do século XVII, a origem da fortificação remonta ao momento em que as forças de Portugal se direcionaram à entrada do Rio Amazonas para expulsar holandeses instalados em uma construção fortificada.

Vencedores, os portugueses construíram o forte de Santo Antônio do Gurupá, que não passava de um pequeno reduto de taipa e pilão, protegido por uma paliçada de madeira, onde se assentavam peças de artilharia e uma guarnição. Ao longo dos séculos, o local passou por diversas modificações, entre momentos de abandono e propostas de restauração, até ser finalizado seu restauro em 2018.

A Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá

O futuro do passado

Com o **Projeto OCA**, o Patrimônio Cultural de Gurupá entrou em discussão de maneira concentrada nas comunidades locais, passando a fazer parte da vida da população mais ativamente. Também contribuiu para que as gerações futuras tenham consciência da importância de seu protagonismo para a salvaguarda, preservação e a gestão de seu rico Patrimônio Cultural. “Vejo por conta do projeto, uma cultura mais rica, haja visto, que acordamos e estamos cientes de que é preciso resgatar nossas heranças culturais e torná-las um bem maior. O Projeto **OCA** é sem dúvida um divisor de águas para a comunidade gurupaense, sobretudo na conscientização e valorização do contexto histórico”, acredita o professor Fábio dos Passos Alho.

Mais que conhecido ou divulgado, o Patrimônio Cultural deve ser vivido. As discussões e ações do **OCA** na comunidade de Gurupá têm contribuído para que essa vivência seja exaltada. “O futuro do projeto já está acontecendo nas mãos dos moradores de Gurupá. O protagonismo agora é deles”, comemora Helena Pinto Lima. Ela conta, ainda, que um novo projeto já se desenhou a partir do **OCA**. É o *Nós, os Guardiões*, ação concebida e em desenvolvimento exclusivamente pelos gurupaenses, que está fazendo um trabalho de difusão dos conhecimentos e discussões do **OCA** nas escolas e comunidades locais. Os moradores já até aspiram a outras conquistas. “Ter em Gurupá, no entorno do Forte, o mais breve possível, um Museu para guardarmos todos os registros e vestígios encontrados em nosso município”, idealiza o professor Benigno Machado de Deus.





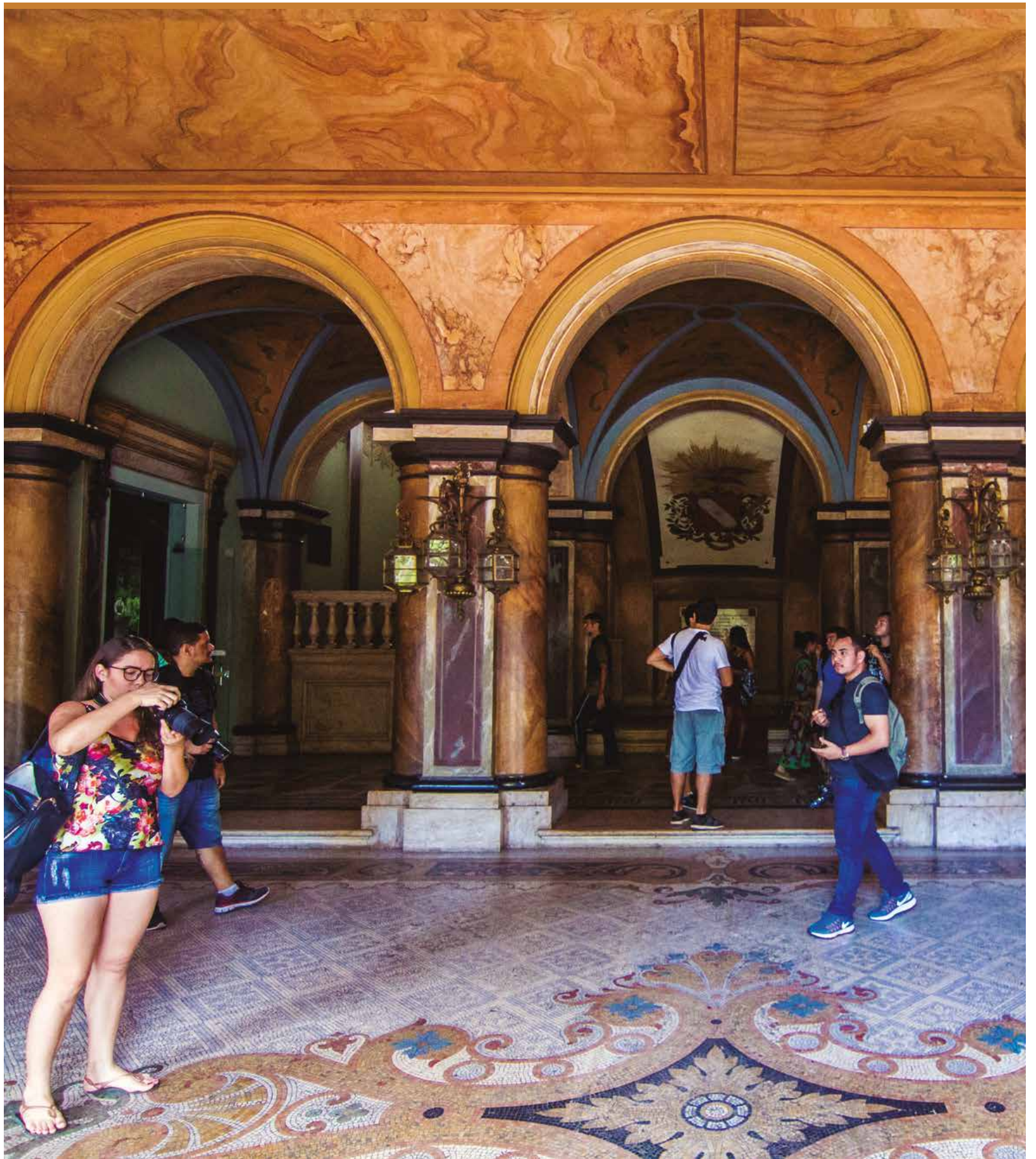
Conhecer o patrimônio cultural brincando

Por meio do **Projeto OCA**, Thiago Viana Cavalcante, no âmbito de uma bolsa do Programa de Capacitação Institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi (PCI/MPEG), elaborou o jogo de tabuleiro *Protegendo Itá*.

A proposta é que, brincando, a história do município e seu Patrimônio Cultural e Natural sejam ensinados. O jogo promove a reflexão sobre ações e suas consequências no Patrimônio Cultural da região, estimulando a competição de forma saudável e lúdica.

Assim como as diversas fases do **Projeto OCA**, o jogo *Protegendo Itá* também foi elaborado de maneira participativa, a partir de apresentações, consultas e discussões com a comunidade de professores de Gurupá.

Foram entregues exemplares do jogo às escolas, à Secretaria Municipal de Educação e à Biblioteca Municipal.



Circular Campina Cidade Velha

Pará



Arte e cultura produzindo vida

O ontem e o hoje unidos em um só tempo. Isso não é utopia. É um processo que está cada dia mais consolidado no Centro Histórico de Belém, capital do estado do Pará. Ali, entre ruas e casarões, entre memórias e atualidades, um coletivo de arte, gastronomia, meio-ambiente e educação patrimonial está tornando real o sonho de diversos gestores do Patrimônio Cultural no Brasil: requalificar seus centros históricos como espaços vivos, onde moradores e visitantes se apropriam de seus monumentos, de suas lembranças, de seus saberes, enfim, de toda a sua história, que se mantém presente e ativa nos seus afazeres, no seu cotidiano.

Há cinco anos, o **Projeto Circular Campina Cidade Velha** tem sido uma ação onde todos partilham da ideia que a cidade é um lugar para ser vivenciado, valorizando seu Patrimônio Cultural, com a proposta de um passeio cultural pela região central histórica de Belém. São cinco edições anuais, que estimulam o processo de revalorização do local, envolvendo parceiros institucionais e produtores independentes ali instalados que, de forma programada, abrem suas portas oferecendo atividades culturais.

Em 2012, o Iphan tombou, como conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, os bairros de Campina e Cidade Velha. São mais de 3,5 mil imóveis e monumentos simbólicos do período colonial, como palacetes, igrejas, praças e marcos arquitetônicos e históricos – a exemplo do Mercado Ver-o-Peso –, que retratam as influências arquitetônicas e culturais desde o século XVII. O tombamento disciplinou o uso e intervenções nesses bens, fazendo com que eles gerassem o interesse de um outro tipo de pessoas.



As primeiras circulações culturais pelo centro de Belém

O **projeto Circular Campina Cidade Velha** começou em 2013, quando produtores culturais, artistas e professores começaram a adquirir imóveis nos bairros do Centro Histórico da capital paraense com o propósito de requalificá-los após o tombamento. Em 2014, a ação começou a se organizar por meio de parcerias com moradores e pequenos empreendedores. A partir de então, a Rede Circular, idealizada pela produtora cultural Makiko Akao, acabou se consolidando como uma ação que busca “favorecer, a médio e longo prazo, a maior interação entre seus moradores, trabalhadores, interessados na questão da preservação, da arte e da cultura de forma associada à melhoria da autoestima, o apreço das pessoas entre si e em relação ao lugar, estimulando as relações de confiança e laços de solidariedade, favorecendo novos hábitos entre os moradores e seus frequentadores”, explica Makiko.

A falta de recursos financeiros sempre foi um empecilho, porém o envolvimento das pessoas acabou colocando o projeto em prática. “Realizamos sete edições só com apoio dos amigos, que eram parceiros de espaços físicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, que colaboravam até como motoristas, ou com suas propostas pessoais para somar ao **Circular**”, lembra a idealizadora.

Entre esses parceiros, há o projeto *Roteiros Geoturísticos*, um dos vencedores da 29ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, coordenado por Maria Goretti da Costa Tavares, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que implementa ações voltadas para práticas de turismo histórico, cultural e patrimonial no Centro Histórico de Belém. “Fomos convidados em 2013 para sermos parceiros do **Projeto Circular**. Assim, até hoje, toda vez que tem o **Circular**, um dos nossos nove roteiros é oferecido como parte da programação”, conta.



Vânia Lúcia do Nascimento, também parceira do **Projeto Circular**, conta que, em 2014, com incentivo de amigos, consolidou a transformação da casa centenária que possuía no centro da cidade em um espaço cultural. Na época, conheceu o **Projeto Circular**, que era compatível com seu objetivo de fomentar as expressões culturais na área antiga de Belém. “O **Circular** coincidiu com a nossa proposta de oferecer um local para agentes culturais exporem seus trabalhos, fora dos poucos espaços públicos disponíveis para isso”.

Após cinco anos, o projeto já transita por novos espaços na área de abrangência e, consequentemente, recebe novas adesões. Makiko avalia que esse sucesso é a prova que o Centro Histórico tem potencial para se transformar em bairro cultural da cidade, contribuindo para a sustentabilidade do patrimônio. “São passos pequenos, mas que foram dados. Sempre pensei no resultado do projeto a médio e longo prazo. Mudanças demandam tempo, o caminho é longo, mas acho que devemos fazer a nossa parte, tentar contribuir para que isso aconteça. Hoje, depois de cinco anos, vejo algumas diferenças: temos um grupo de parceiros articulado em rede, um projeto reconhecido”, avalia.





Por entre patrimônios culturais e memórias

Com essa perspectiva de juntar arte, cultura e educação patrimonial para a ressignificação dos bairros tradicionais da Campina e Cidade Velha, o projeto organiza as cinco edições bimestrais de circuito cultural e cinco edições online de revista digital, com pautas focadas em temáticas e personagens relacionadas ao Centro Histórico. As ações são roteiros históricos e geoturísticos, exposições, cursos, performances, oficinas, cortejos e shows.

Hoje uma equipe gestora planeja, monitora e divulga as edições e produtos do projeto, sendo que os mais de 30 parceiros têm autonomia sobre suas programações. O resultado é um roteiro diverso e plural, que atinge todas as faixas etárias e vários segmentos de público. Essas ações geram discussões importantes para o futuro do Patrimônio Cultural da cidade, além de chamar a atenção para os potenciais turísticos e econômicos do Centro Histórico de Belém e de aproximar parceiros institucionais públicos e privados, gerando discussões sobre a gestão do local.

“ Nós podemos, nós fazemos, nós mudamos, somos agentes da nossa história, passamos a nos identificar e, unidos, ampliamos a rede de contatos, facilitando a divulgação de nossos trabalhos e a discussão das dificuldades comuns com as quais nos deparamos ao longo do tempo”.

Vânia Lúcia do Nascimento

O sucesso do projeto deve-se muito à publicização dessas atividades. A cada edição, são produzidas peças de divulgação e materiais para a imprensa, com o apoio de colaboradores de diversas áreas, como fotógrafos, cinegrafistas, artistas gráficos, designers. A programação cultural, o mapa de organização dos parceiros, notícias, fotografias, vídeos e clipping com notícias sobre o projeto ficam disponíveis no site www.projetocircular.com.br. Nas redes sociais, são veiculadas artes específicas com imagens de forte apelo simbólico para o Centro Histórico de Belém.



“ Uma parcela grande dos moradores gosta muito e participa, pois, nas edições do **Circular**, muitas pessoas transitam a pé pelos bairros. Esses moradores sentem um pouquinho de orgulho da sua rua, limpam a frente da sua casa. Outros veem no projeto a possibilidade econômica de colocar uma banquinha na porta da sua casa com os quitutes que sabem fazer muito bem. Penso que isso tudo dá vida à rua, ao bairro”.

Makiko Akao

A valorização dos espaços públicos

A importância do projeto está em chamar a atenção para a necessidade de investimentos para a conservação e valorização do Patrimônio Cultural e, também, mostrar as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento com sustentabilidade. “Temos consciência de que o **Circular** sozinho não dá conta de tamanho desafio. Para que isso aconteça, é necessário incentivar a atuação do setor empresarial, com investimento do poder público e em articulação com a sociedade civil”, opina Makiko.

O projeto, como espaço de discussão, propõe e exige coletivamente responsabilidades com a cidade, mostrando que todos podem exercer cidadania. Para a produtora, atuando juntas, as pessoas não só realizam ações de valorização do Patrimônio Cultural, mas também, acabam cobrando dos gestores públicos suas responsabilidades para que a função social do espaço urbano seja plenamente exercida na construção de uma cidade para todos.

Além disso, promovendo a circulação da população pelos bens culturais, o projeto reaviva o sentimento de pertencimento das pessoas pelos locais públicos, favorecendo a preservação do Patrimônio Cultural, pois “a comunidade só pode valorizar e divulgar aquilo que conhece, por isso, o sentimento de pertencimento precisa ser sempre trabalhado”, acredita Maria Goretti.

O reconhecimento da importância do projeto enquanto ação que valoriza e preserva o Patrimônio Cultural acaba também incentivando outras ações desse tipo. “Estamos no rumo certo, nossa responsabilidade aumenta, pois estamos nos tornando referência em iniciativas coletivas civis que dão certo, sendo resultado de muito trabalho e união em torno de objetivos comuns”, pondera Vânia.



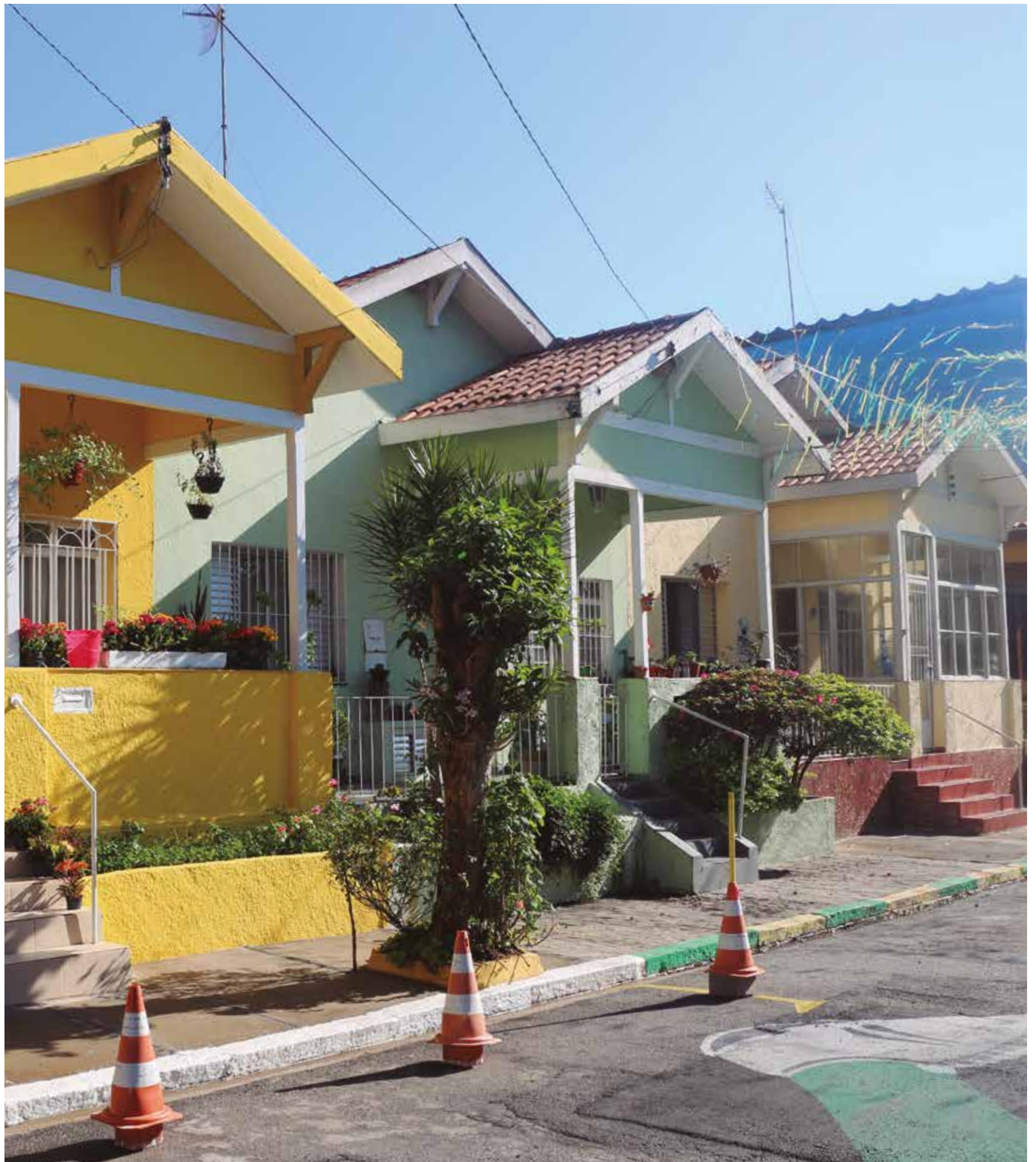
Roteiros Geoturísticos

1. Roteiro pelo Bairro da Cidade Velha
2. Roteiro do Ver-o-Peso ao Porto de Belém
3. Roteiro da Belle Époque
4. Roteiro Pelo interior do bairro da Campina
5. Roteiro pelo Bairro do Reduto
6. Roteiro Pela Estrada de Nazaré
7. Roteiro : O Arquiteto Antonio Landi e a Belém do século XVIII
8. Roteiro: O Bairro de Batista Campos e suas transformações espaciais
9. Roteiro: O Bairro de Umarizal e suas transformações espaciais

O circular como protagonista do futuro do Centro Histórico

A expectativa é que, com o reconhecimento da importância desse projeto, o processo de revitalização dos bairros Campina e Cidade Velha seja expandido. Para Makiko, a esperança é que haja investimentos em conservação, infraestrutura, segurança, saneamento e limpeza urbana da área, pois a região é subutilizada, principalmente nos finais de semana e em períodos noturnos. “Temos consciência da ausência, em nível local, sobretudo, de políticas públicas voltadas para a cultura e reabilitação do Centro Histórico, que potencializem o fator cultural, de forma associada aos pequenos negócios e ao componente residencial, além do comercial”, aponta. Para a produtora cultural, essas políticas públicas direcionadas fortalecem as atividades dessa natureza que ali se desenvolvem, estreitando relações entre os moradores com o próprio local, gerando oportunidades de emprego e renda, mas também promovendo uma melhor apropriação e utilização das estruturas e edificações existentes.

De maneira geral, os responsáveis pelo **Projeto Circular Campina Cidade Velha** acreditam que o caminho viável para a preservação da cultura, da memória, das tradições, da história e das práticas culturais cotidianas das comunidades é o protagonismo das pessoas nesse cenário. A ideia é que a participação popular, a atuação dos movimentos culturais, a realização de oficinas em espaços públicos abertos fomentem atividades tradicionais, formem novos agentes culturais e empreendedores. “A organização social e a formação de cidadãos é, sem dúvida, o caminho para um Brasil melhor que, necessariamente, investe nas pessoas e, portanto, passa pelo fortalecimento da educação e da cultura e, consequentemente, por um patrimônio cultural preservado, apropriado, usufruído por todos e convertido em fator de desenvolvimento”, conclui Makiko.



Vila Maria Zélia 100 anos

São Paulo



Lembrança que virou realidade

Logo ao passar a cancela que controla quem entra e sai, de um lado da rua um imponente prédio antigo recebe o visitante. Do outro lado, há uma igreja e outro edifício baixo, que ficam em frente a uma praça cheia de bancos e árvores. As ruas são largas, com casas que parecem comuns. Mas, com calma, percebe-se que a Vila toda é bem especial. Por um instante, é possível esquecer que se está a cinco quilômetros do marco zero da maior cidade da América Latina. No meio de São Paulo, a pacata **Vila Maria Zélia** não tem nada de parecido com o que ficou do lado de fora. O silêncio só é quebrado pelo canto dos pássaros que ofusca o ruído do trânsito caótico da cidade que parece estar bem longe dali.

São 11 ruas que abrigam 171 casas e cerca de 210 famílias, além de edifícios públicos. A Vila é um conjunto de edificações tombado em 1992 pelos conselhos de preservação do patrimônio histórico do município e do estado de São Paulo. Em 2017, o projeto **Vila Maria Zélia – 100 anos** comemorou o centenário do local, apresentando e debatendo sua história e a atual situação enquanto patrimônio histórico da cidade de São Paulo.

Os eventos comemorativos geraram outros interesses. Além de visitas guiadas bimestrais, o *Centro de Memória* passou a ser um espaço expositivo permanente. O projeto **Vila Maria Zélia – 100 anos** representa o esforço de um grupo de moradores por preservar, também, a história das pessoas que viveram ali. “Se os edifícios não podiam ser restaurados, era preciso fazer alguma coisa para que nada fosse esquecido”, explica Ana Luiza Jardim Frangello, uma das responsáveis pela Associação Cultural Maria Zélia, autora do projeto.



As comemorações do centenário da Vila

Em 2014, começaram as discussões entre os moradores sobre a importância de contar a história do local enquanto parte das narrativas a respeito das moradias da cidade de São Paulo. Isso gerou também uma oportunidade para se conhecer o habitat operário do Brasil e mobilizar a população no sentido de se preservar as histórias da Vila.

Em 2017, os autores do projeto perceberam que a comemoração dos cem anos poderia ser o motivo para uma ação mais abrangente, envolvendo a educação patrimonial como parceira na busca por sensibilizar a comunidade sobre a importância da Vila, mobilizando os moradores para que registrassem suas memórias, buscando informações além dos registros históricos. A ação começou com o debate *Vila Maria Zélia, passado, presente e futuro*, seguido pelo lançamento do livro *Vamos falar sobre o Belenzinho?* (uma coletânea de contos sobre o bairro), que reuniu autores e público para uma conversa sobre suas vivências na Vila.

Todo o acervo que ficava antes dentro das casas foi exposto ao público. Um passeio fotográfico retratando as construções e o cotidiano de seus moradores foi organizado e fez parte da exposição *Sampagrafia da Vila*. Também foi aberto o *Centro de Memória*, local onde estão documentos, fotografias e livros sobre toda essa história.

No dia 06 de maio de 2017, data exata do centenário da inauguração, foi lançado o vídeo *100 anos – Vila Maria Zélia*. O documentário foi produzido a partir das histórias presentes na memória de moradores e ex-moradores, tendo como temas a chegada à Vila, o trabalho na fábrica, a capela, o lazer, as brincadeiras, a vida nas escolas e a situação atual.



Rua nº 6 da encantadora “Villa Scarpa”



Saída dos operários da fábrica

O começo

Em 1912 a Vila começou a ser construída para dar abrigo aos 2,5 mil funcionários que trabalhavam na filial do bairro do Belenzinho da tecelagem Cia Nacional de Tecidos da Juta - de propriedade de Jorge Street -, que fabricava o tecido do qual eram feitas as sacas para a embalagem do café. Para minimizar problemas relacionados à moradia, os governos passaram a incentivar a construção de vilas operárias, proporcionando aos empresários reduções de impostos.

Projetada pelo arquiteto francês Paul Pedraurrieux, a Vila Maria Zélia foi inaugurada em 1917. O nome foi escolhido em homenagem a Maria Zélia Frias Street, filha do casal Zélia Frias e Jorge Street, que morreu aos 16 anos, em 1915, vítima de tuberculose. Apesar da existência de diversas vilas operárias na cidade de São Paulo, a Maria Zélia diferenciava-se das demais pois possuía, além de moradias, alojamento para solteiros, duas escolas, creche, jardim de infância, prédios comerciais, áreas de lazer, serviços de saúde e a Capela São José.

A trajetória

A Cia Nacional de Tecidos da Juta chegou a empregar mais de 2 mil pessoas, mas as dívidas fiscais contraídas pela queda da exportação do café forçaram Jorge Street vender a vila para a família Scarpa, em 1924, que alterou seu nome para Vila Scarpa. Em 1929, o Grupo Guinle pagou as hipotecas vencidas e tomou posse da área, retomando o nome para Vila Maria Zélia.

Cinco anos depois, por dívidas com o Governo Federal, a família Guinle perdeu a posse para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), atual Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Foi somente em 1968 que o INSS concedeu aos moradores o direito de compra. Desde então, as 171 casas são de propriedade particular.



“ Se os edifícios públicos não podem ser restaurados, os moradores tomaram para si a responsabilidade de contar a sua história. Por que não se perde só os prédios, você perde prédios que tem uma história, onde viveram pessoas”.

Ana Luiza Jardim Frangello

Da magnitude às ruínas

Em dezembro de 1992, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) realizaram o tombamento da área. Os moradores têm algumas críticas a esse processo que consideram tardio, pois parte significativa da vida social da Vila já havia sido demolida e a maioria das casas tinham sido modificadas pelos moradores. Ressaltam também que o CONDEPHAAT e o CONPRESP não exigiam a preservação dos bens públicos que ainda não estavam em ruínas.

Desde a década de 1930, os seis imóveis públicos pertencem ao INSS e hoje estão em ruínas: duas escolas, dois armazéns, o açougue e o escritório. A capela pertence a Cúria Metropolitana e o prédio da fábrica abriga ainda hoje uma indústria.

O Armazém N° 9 era um prédio que abrigava o boticário, onde eram manipulados e vendidos os remédios para aos trabalhadores da fábrica. A ação da Associação dos Moradores recuperou parte do local e hoje o Grupo XIX de Teatro divide o espaço com o *Armazém da Memória*, que acolhe a exposição de fotos dos moradores da vila e que também é usado para atividades culturais.

Um grupo de pessoas em busca pela preservação da memória

No início, um grupo de pessoas preocupado com a segurança formou uma comissão de moradores que, com o tempo, se transformou em associação. Quando a Vila comemorou 80 anos de sua fundação, um projeto reuniu muito material histórico, fotos e documentos antigos. “A partir daí começou uma discussão a respeito desse processo de revitalização, de cuidados com tudo aqui, então formamos a Associação Cultural Vila Maria Zélia, pessoa jurídica sem fins lucrativos”, relembra Ana Luiza.

A associação mantém financeiramente seus projetos por meio do esforço coletivo, organiza bazares, festas e rifas, além de participar de editais. “Com o dinheiro do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** a gente vai investir no Centro de Memória e na vila como um todo. Fazemos um pouco de milagre com dinheiro e tem muita gente para colaborar com trabalho. Foi assim com o livro *100 anos Vila Maria Zélia*, totalmente editado com dinheiro nosso”, conta Ana Luiza.



Vida na Vila

Com ares de interior, na Vila Maria Zélia é possível ter hábitos raros nas grandes cidades. No verão, os moradores colocam as cadeiras na calçada e ficam conversando até tarde. As crianças brincam nas ruas o ano inteiro. “A gente queria criar os filhos assim, andando na rua, jogando bola. Eles adoram aqui. Meu menino, com 11 anos, tem uma turma, quando ele não está na escola, ele está na rua. Quase todos os amigos dele moram em prédio, tem a semelhança de brincar com os vizinhos, mas o espaço é diferente”, explica Eduardo Baptista. “Quando os amigos dele vêm para cá, a gente fica atento pois eles nunca tiveram tanta rua. É uma infância que poucos têm”, enfatiza Rosângela de Almeida, esposa de Eduardo.

As festas também vão para a rua. Como as casas não têm uma grande área, a calçada vira uma expansão do terreno particular. “A churrasqueira já é montada na rua, às vezes até a piscina é montada. A rua é uma extensão da casa. É muito frequente isso”, conta Ana Luiza.

“ Todo mundo fica sabendo de tudo, quando nasce, quando morre... é uma aldeia. Quando morre alguém a gente baixa a bandeira da entrada da Vila, antigamente a gente tocava o sino da capela também”.

Carla Galvão Ribeiro



Uma vida inteira na Vila

“

Minha família chegou aqui em São Paulo em 1935 ou 1936, vieram de Itatiaia, Rio de Janeiro. Meus pais e meus irmãos são todos de lá, só eu que nasci aqui, em setembro de 1938 e mudamos para a Vila Maria Zélia em maio de 1939. Moro na mesma casa até hoje.

Eu tinha muitos amigos, naquele tempo não tinha essas tecnologias de hoje, então a gente brincava na rua ou uma na casa da outra. As festas juninas eram animadas pela banda do Sr. Renato, que se chamava Furiosa.

Tenho 80 anos e meu irmão tem 93, minhas duas irmãs já faleceram. Ele é viúvo e eu não me casei. Moramos sozinhos aqui na Vila. Quase toda tarde eu vou na casa dele, conversamos, lembramos de alguém, de alguma coisa.

Dá muita saudade desse tempo. É uma pena que passou, ainda bem que eu tenho boas recordações da minha infância, dos meus amigos... tenho muita saudade também, mas faz parte da vida”.

Regina Maria Aguino Godoy, moradora da Vila Maria Zélia desde 1939

A busca por um pedaço desse paraíso tem atraído muita gente. Os moradores dizem que as poucas casas que ficam disponíveis para a venda nem chegam a ser anunciadas pois acabam sendo adquiridas por parentes de quem já mora ali. “Eu trouxe meus pais, agora a minha irmã também quer vir com a família”, diz Rosângela.

Carla Galvão Ribeiro conta que foi morar na Vila com os pais, quando tinha 16 anos e, mesmo casada, optou por ficar no local. “A minha mãe mora aqui ainda e eu já estou em outra casa, com meu marido, com minha família. Eu ainda tenho amigos aqui de quando era adolescente”.



Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D'Água

Bahia



“O casarão estava em ruínas, o mato tomando conta. Falaram para a gente acabar de derrubar o casarão e fazer uma casa nova, por cima, que era mais barato. Aí nós não quisemos. Falaram para gente que ia demorar, mas aí eu pensei que a gente era ainda jovem...”. É assim que Salete Pagliarini se lembra dos primeiros dias que ela o marido, Mário Augusto Nascimento Ribeiro, se tornaram proprietários da Fazenda Engenho D’água. Esse pedaço de terra adquirido pelo casal em 2002 guarda histórias de prosperidade, decadência e recomeço.

Hoje, 16 anos depois, muito diferente daquele cenário, a propriedade possui 300 hectares de pecuária leiteira, agricultura diversa e um Patrimônio Cultural edificado que também gera renda. Localizada no município de São Francisco do Conde, na beira da Baía de Todos os Santos, na calmaria das montanhas do Recôncavo Baiano, a Fazenda Engenho D’Água está perto de completar quatro séculos de uma história que se mistura com a própria história do Brasil. Hoje o casal Mário e Salete e seus dois filhos, cuja vida se confunde, em grande parte, com a biografia da fazenda, vive do lucro que a fazenda gera.

O esforço por manter essa herança cultural viva foi sintetizado no projeto **Restauração e Revitalização da Fazenda Engenho D’Água**, referência para a região que convive com antigos engenhos de açúcar arruinados. Esses bens, mesmo quando são restaurados, acabam voltando à ruína por falta de um projeto de sustentabilidade econômica. Na Fazenda Engenho D’água, novos usos adotados viabilizam financeiramente a sua preservação, tais como a hospedagem de turistas, realização de eventos e as atividades corriqueiras de uma fazenda: a pecuária e o cultivo de cacau.

Planta esperança, colhe cultura!





Histórias Cruzadas

Dona Maria Carmem Nascimento Ribeiro, mãe de Mário, conta que sua família costumava passar os domingos na fazenda porque o marido dela era parente dos antigos proprietários, Julieta e Vicente Ribeiro. “Mário era pequeno, então faz mais ou menos 50 anos. Nessa época estava tudo conservado. Eles moravam aqui e tinham muitos operários”, lembra dona Maria. Mário também tem recordações dos domingos de sua infância. “Quando eu era criança, a lembrança que eu tenho é que era uma grande fazenda de cacau e eu gostava muito de montar a cavalo. Meu tio Vicente era o proprietário da época. Ele era prefeito da cidade e senhor de engenho; a gente tinha até um pouco de receio dele”.

Com a morte do marido, Julieta Ribeiro colocou a fazenda à venda e o caminho de Mário, mais uma vez, se cruzou com o destino da propriedade. “Como são as coisas da vida! Eu frequentei aqui até entrar na faculdade de veterinária e aí a minha tia Julieta colocou a fazenda à venda, em 1985, eu tinha 21 anos de idade. Aí eu perguntei a ela se ela me pagaria uma comissão se eu vendesse a propriedade. Tia Julieta disse que pagava e

eu vendi a fazenda em 15 dias. A comissão da venda foi o maior dinheiro que eu ganhei, foi com ele que comecei a minha vida”, relata Mário.

Anos mais tarde, a lavoura de cacau foi dizimada pela *vassoura de bruxa*, um tipo de fungo que ataca as plantas de maneira implacável. O episódio levou, novamente, a fazenda à decadência. E a vida de Mário voltou a se cruzar com a propriedade. A família que era proprietária procurou por Mário para ajudar na comercialização das terras. Foi aí que surgiu o seu desejo de comprar e recuperar a área, mas o trabalho duro começou pela dificuldade em juntar o dinheiro para a compra. “Saí vendendo as coisas que eu tinha para pagar a propriedade, demorei um ano”, diz ele.

Tombamento estadual

A Fazenda Engenho D'água foi tombada em junho de 2018 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac). Pela primeira vez, o Ipac levou em consideração não apenas o acervo arquitetônico, mas também o patrimônio turístico, econômico e a paisagem cultural onde está a propriedade.



Vida dedicada à história do Recôncavo

Há 16 anos a fazenda está nas mãos de Mário e Salete, de volta à família Ribeiro. Ele conta que, na época da compra, a propriedade estava arruinada, não havia casa, nem pasto e a lavoura de cacau estava destruída. Ele, então, optou por recuperar primeiro a casa dos funcionários e o curral, para ativar a produção de gado leiteiro e, assim, obter alguma renda. “Tudo aqui foi difícil, era um conjunto de fatores. Eu não só tinha de trabalhar na restauração dos bens, mas eu tinha também de trabalhar na recuperação da atividade econômica da fazenda. Construir pastagens, cercas, cuidar do cacau. Então as coisas ocorriam paralelamente”, diz.

Em seguida, teve início o restauro do casarão, mas o processo foi feito em etapas, uma vez que a verba que o casal tinha era suficiente apenas para a recuperação da fundação. “O primeiro ano foi muito difícil, pois na parte estrutural foi muito dinheiro e começamos a vender tudo que tínhamos. É melhor não contar o quanto gastamos. Os amigos diziam para a gente parar de gastar dinheiro aqui, pois senão íamos ficar numa situação difícil, porque além de gastar muito, a gente não ia ter o que fazer com um casarão deste tamanho”, explica Salete.

“O mais difícil era quando envolvia madeira, pois era muito caro. Então quando era para fazer porta ou piso, eu sempre pensava onde ia conseguir dinheiro, mas o dinheiro sempre apareceu. Se você me perguntar como eu consegui refazer tudo isso aqui, eu realmente não sei. Se me perguntar quanto eu gastei, eu também não sei, pois se eu fosse fazer contas, eu parava. Eu tenho muito orgulho por ter conseguido concluir”.

Mário Augusto Nascimento Ribeiro



O restauro da casa terminou em 2012. O método empregado consistiu no aproveitamento das estruturas existentes, na complementação das partes faltantes e substituição, sempre seguindo as referências iconográficas das peças antigas, que não poderiam mais ser recuperadas. “Ele trazia especialistas aqui para copiar as grades, os adornos de madeira, as colunas. Pelos pedaços que restavam, ele restaurou e foi copiando o que precisava. Ele procurava muito uma tia dele que tinha muitas fotos”, conta a mãe de Mário, Maria Carmem Nascimento Ribeiro. “Na sala da casa grande, tinha um dos arcos bastante danificados, mas estava lá, no lugar, aí eu peguei e mandei fazer os outros a partir desse. Eu não tinha condição financeira de contratar grandes profissionais, então tive apenas um engenheiro e uma arquiteta”, completa Mário.

A Capela

No alto da colina, a edificação dedicada ao Senhor Bom Jesus de Bouças, construída na segunda metade do século XVII, tem um desenho singular. O formato octogonal, com influência renascentista, se diferencia das igrejas poligonais portuguesas e brasileiras. A edificação é recoberta por um telhado de oito águas e um anel mais baixo que envolve todo o corpo central.

Quando adquiriram a propriedade, o casal encontrou a capela em ruínas e sendo usada como curral. Hoje, é o maior orgulho de Salete. “A gente conseguiu restaurá-la do jeito que era antes! Ficou tão bonita que os herdeiros da antiga família proprietária da fazenda nos doaram a imagem do Bom Jesus. A gente ia fazer uma réplica, mas a Capela acabou ganhando esse presente”, narra emocionada.



Da Cana ao Turismo

A Fazenda Engenho D'Água tem uma história econômica de longa duração. Desde o século XVII até meados do século XX, o local se tornou um importante produtor da principal mercadoria da época, a cana-de-açúcar, que dominava as lavouras do Recôncavo Baiano e era essencial para a economia do país.

A região apresentava condições muito propícias para o cultivo da cana, pela fertilidade do solo, topografia e localização, à margem da Baía de Todos os Santos, o que facilitava o transporte tanto dos insumos para a fazenda, como a exportação da produção. A riqueza gerada na fazenda e nos mais de 300 engenhos da região ergueu diversas propriedades. No entanto, o declínio da economia canavieira levou-as à decadência.

“Hoje nas receitas que a fazenda nos dá, o Patrimônio Cultural é responsável pelo reconhecimento. Eu não tenho só uma casa histórica, eu tenho uma casa tombada. Esse reconhecimento nos faz sair na mídia e gera o turismo”.

Mário Augusto Nascimento Ribeiro



Na década de 1940, o Instituto do Cacau, buscando uma alternativa de cultivo para o local, plantou os primeiros 4 mil pés de cacau na fazenda Engenho D'água. Desafortunadamente, no ano de 1990, o fungo *vassoura de bruxa* dizimou o cacauzeiro levando a fazenda, mais uma vez, à decadência. Para evitar o arrasamento da plantação, sempre ameaçada pela *vassoura de bruxa*, e o consequente declínio da fazenda, o casal Mário e Salete concluiu que a solução estava na diversificação da produção. Hoje a fazenda se sustenta com atividades diversas como o plantio de cacau, banana, criação de gado leiteiro, produção de polpas de frutas, o aproveitamento turístico e a realização de eventos. "A fazenda precisava ser autossustentável e sustentar uma família de quatro pessoas. O sucesso para uma fazenda histórica se manter é você ter vários setores econômicos", garante Salete.

Além da sustentabilidade econômica, os proprietários têm se empenhado em sensibilizar as futuras gerações sobre importância histórica e cultural do lugar. Mário e Salete promovem visitas na área da fazenda destinadas às pessoas das comunidades locais e aos estudantes que, por meio de uma parceria com a Secretaria de Educação do Município de São Francisco do Conde, têm aulas sobre história e produção rural.

O esforço e a dedicação de Mário e Salete mantêm esse patrimônio do Recôncavo Baiano vivo, como eles mesmos reconhecem: "vendemos tudo que tínhamos, mas tudo valeu a pena", conclui Salete.

Cate goria

2

Iniciativas de
excelência no
campo do
Patrimônio
Cultural Imaterial

Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco | Pernambuco
Letras que Flutuam | Pará
II Caravana do Museu Indígena Tremembé | Ceará
Sonário do Sertão | Pernambuco e Bahia





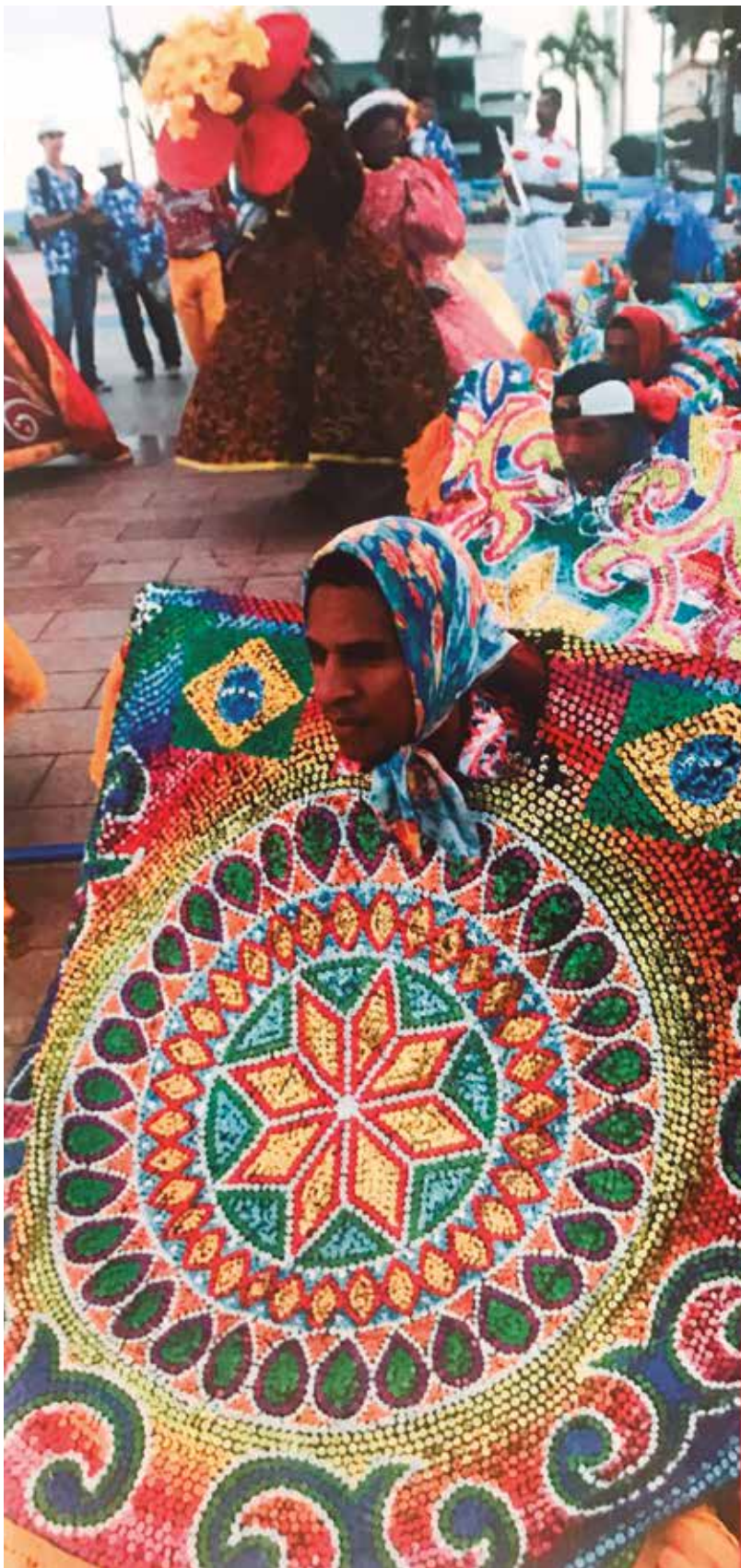
Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco

Pernambuco



Patrimônio Cultural vivo e festejado

Era 20 de agosto de 2008 quando ocorreu o primeiro seminário com temas sobre Patrimônio Cultural, com palestras ministradas por especialistas e gestores. No dia seguinte, 21 de agosto, a atividade foi com outro tipo de público: mais de duas centenas de alunos da rede estadual de ensino visitaram o Museu do Estado de Pernambuco, com monitores direcionando o olhar das crianças para a valorização do Patrimônio Cultural. Assim foi a primeira edição do que hoje é o maior evento de celebração da cultura no estado, a **Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco**, realizada, desde então, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).



O projeto surgiu a partir de encontros para a elaboração do Plano Estadual de Cultura, quando a sociedade reivindicava espaços para dialogar sobre as questões ligadas aos bens culturais materiais e imateriais do estado. “Em 2007, foram realizados Fóruns Setoriais para promover escutas com a sociedade, com o objetivo de trazer à tona suas demandas e expectativas referentes às prioridades em relação às políticas culturais pernambucanas. Ficou evidente a necessidade de promover encontros sistemáticos de reflexão e debate que permitissem o reconhecimento e a difusão de valores em relação ao Patrimônio Cultural. Assim, no ano seguinte, foi estabelecida como prioritária a realização da primeira edição do evento”, relembra Renata Echeverria Martins, coordenadora da **Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco**.

A partir disso, o evento cria esses espaços, estabelecendo diálogos interdisciplinares entre diversas instituições com o objetivo de compreender, difundir, valorizar, reconhecer, preservar e salvaguardar o Patrimônio Cultural de Pernambuco. A época da realização foi escolhida pela Fundarpe para inserir em seu calendário a comemoração do Dia Nacional do Patrimônio Histórico, 17 de agosto, data de aniversário de Rodrigo Melo Franco de Andrade.



O Patrimônio Cultural unificando a diversidade pernambucana

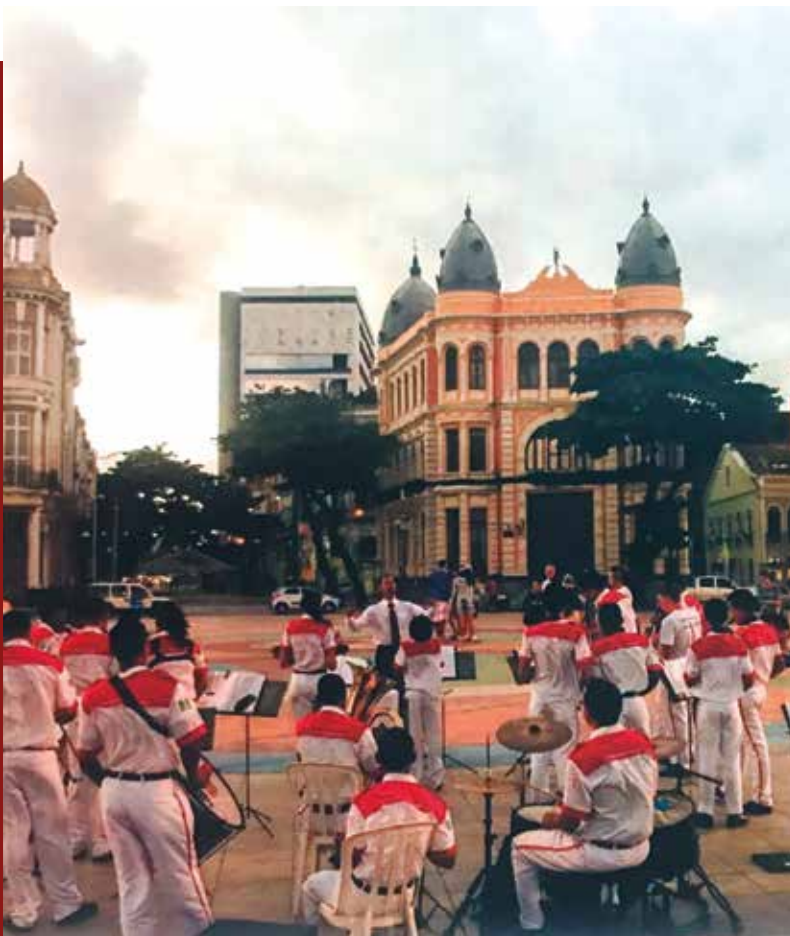
São seminários, exposições, celebrações, encontros, rodas de conversas, visitas, oficinas, cursos e outras ações educativas que promovem a preservação e valorizam tradições e conhecimentos de vários municípios pernambucanos. Ao longo dessa jornada de celebrações do Patrimônio Cultural, a primeira edição reuniu 350 participantes e, em 2016, teve o maior público computado em todos esses anos: mais de 14 mil pessoas. Organizar um evento desse porte é uma tarefa desafiadora. “O nosso maior problema ainda é o número reduzido de pessoas na equipe para dar conta de uma demanda tão rica e variada, tanto em relação ao patrimônio material como o patrimônio imaterial. Chegar aos 185 municípios de Pernambuco, conquistar essas parcerias e interiorizar as ações ainda é o nosso grande desafio”, acredita Renata Martins.

O público, formado por gestores, estudantes, pesquisadores, população e profissionais que atuam na área, a cada ano, discute essas questões norteados por um tema central. Com base em quatro eixos - brincar, experimentar, interpretar e pensar o patrimônio -, a programação da **Semana** tenta contemplar a diversidade de iniciativas propostas e desenvolvidas em sua programação.

Por mais de uma década, o evento reuniu parceiros e construiu canais de debates. Mônica Mendonça, diretora de Cultura de Brejo da Madre de Deus, cidade que participa desde 2008 da **Semana**, acredita que o evento é uma excelente estratégia e

ferramenta de política pública, pois tem a missão de conscientizar a população acerca da necessidade de preservação do rico e diversificado Patrimônio Cultural existente em cada município de Pernambuco. “Este projeto é muito importante e nada pode interromper a sua execução, por que abre um canal de comunicação com a comunidade, amplia o diálogo entre os atores envolvidos, gera discussões valiosas sobre o tema da preservação e propõe, por meio das ações, uma série de provocações e atividades determinantes para despertar a sensibilização, o empoderamento e a conscientização dessas pessoas”, defende.

Dessa maneira, o projeto da **Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco** pode ser considerado um exemplo de gestão compartilhada do Patrimônio Cultural. Com o passar dos anos, foi se expandindo e tornou possível ampliar as frentes de atuação, que puderam se integrar com outras políticas, como por exemplo, o *Patrimônio Vivo* e o *Funcultura*. “A ideia é cada vez mais ampliar o número de parceiros e possibilitar a participação dos detentores de bens culturais do estado. Esperamos potencializar o intercâmbio com outros estados e, quem sabe, até com experiências realizadas em outros países. Depois desses anos, reconhecemos a necessidade de renovação, de implantação de novas metodologias de trabalho e de interação com a sociedade”, avalia Renata Martins.



É bastante evidente entre os parceiros da **Semana** que o caminho para a preservação e valorização do Patrimônio Cultural é a gestão compartilhada. Tanto que foi esse o tema deste ano. “Em 2018 contamos com um número recorde de parceiros, além de Recife, tivemos a colaboração de prefeituras e instituições em 16 municípios de Pernambuco. Para nós, essa participação e engajamento é o resultado positivo da semente plantada há 10 anos”, acredita Renata Martins.

Em 2018, o público atingido foi de mais de 8 mil pessoas e participaram da **Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco** os municípios de Recife, Abreu e Lima, Belém do São Francisco, Brejo da Madre de Deus, Garanhuns, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Floresta, Glória do Goitá, Gravatá, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Tamandaré e Vicência.



Canalizar e dividir responsabilidades não são tarefas fáceis para nenhum gestor, principalmente na área da cultura. Leva-se um tempo para se ter retorno. Trata-se de um processo interminável de construção e desconstrução de valores que afetam diretamente o modo de se ver o mundo, de se ver no mundo e de se sentir inserido, como parte dele, como protagonista de uma história repleta de signos e significados. Acredito que só assim tudo isso fará sentido. Acredito que ações como estas, devam ser incentivadas pelos gestores para que aconteçam frequentemente nos seus municípios, independente do projeto proposto pelo Estado. Acredito na gestão compartilhada”.

Mônica Mendonça

Funcultura

O Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura-PE) é o principal mecanismo de fomento e difusão da produção cultural no estado. Implantado pelo Governo de Pernambuco, o programa tem um modelo de gestão compartilhada, que envolve a Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult-PE), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), instituições culturais e entidades da sociedade civil representativas da classe artística.

Por meio de editais de seleção pública, lançados anualmente, o Funcultura possibilita que produtores e artistas recebam recursos diretamente do governo do estado para realizar projetos nas mais diversas linguagens artísticas e áreas culturais: Artesanato; Artes cênicas – Teatro, Dança, Circo, Ópera; Artes integradas; Artes plásticas, gráficas e congêneres; Audiovisual; Cultura popular; Fotografia; Formação; Gastronomia; Literatura; Música; Pesquisa cultural; e Patrimônio.

Fonte: <http://www.cultura.pe.gov.br/funcultura/>

Patrimônios Vivos

Pessoas que agregam múltiplos saberes, fazeres, formas de expressão, tradições, memórias e histórias são valorizadas por meio do Projeto Patrimônios Vivos. A ação, do Governo de Pernambuco, por meio da Secult-PE/Fundarpe, vem consolidando um conjunto de atividades que visam a garantir o reconhecimento, o apoio e, acima de tudo, a perpetuação dos conhecimentos e técnicas acumulados por esses artistas e grupos que ao longo de anos, décadas e, em alguns casos, séculos, vêm se dedicando à produção e difusão da cultura popular e tradicional.

Os *Patrimônios Vivos de Pernambuco* são, dessa maneira, inseridos na política cultural do estado, com a realização de oficinas de transmissão de saberes, exposições, apresentações culturais, palestras, entre outras ações, que significam a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais direcionados à preservação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural do estado.

A FUNDARPE tem catalogados como *Patrimônios Vivos* 20 grupos, 25 pessoas e 12 pessoas já falecidas.

Fonte: <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/>



Um caminho que gera frutos

Nesses dez anos, a **Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco** tem garantido a produção, circulação, compartilhamento e acesso a conteúdos, reflexões e ideias nos diferentes campos e linguagens culturais, reunindo preceitos das atuais políticas de Patrimônio Cultural, como a mobilização social, gestão participativa, articulação interinstitucional, abordagem integrada e compromisso social, cultural e ambiental. Em uma década, a **Semana** congregou diversas ações realizadas por 19 municípios pernambucanos, chegando a mais de 30 mil pessoas.

Além de reunir as manifestações da cultura de Pernambuco, a **Semana** tem gerado uma produção acadêmica de excelência: os resultados das pesquisas realizadas a partir dela são relatados em artigos acadêmicos e debatidos em seminários e oficinas e publicados na *Revista da Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco*, embasando ou inspirando políticas públicas para a cultura.

O reflexo disso é sentido também localmente. O professor de História e coordenador do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, Severino Ribeiro da Silva, considera que a “Semana do Patrimônio da Fundarpe incentivou a preservação de práticas culturais produzidas por estudantes secundaristas e promoveu sua divulgação”.

Para Renata Martins, a complexidade dos debates e participação dos detentores no desenvolvimento de políticas públicas vêm se tornando crescente. Neste sentido, a gestão compartilhada, tanto das responsabilidades, como das formas de promoção, fomento e salvaguarda do Patrimônio Cultural e a participação dos atores envolvidos (públicos e privados) são caminhos possíveis. “Tratamos, portanto, de horizontes de possibilidades e nestes horizontes duas ideias são imprescindíveis: compartilhar (experiências, ações, dificuldades) com os mais variados segmentos da cultura e desenvolver políticas públicas dialógicas enquanto perspectivas importantes no campo do Patrimônio Cultural”, completa a coordenadora.





LETRAS QUE FLUTUAM

Pará



A ESCRITA DAS ÁGUAS

Há as letras com enfeites, que têm degradês, com sombra e até com decoração no meio e bico. Já as letras simples têm só a sombra e o contorno. As cores são variadas, ao gosto do cliente. Escrever o nome nos barcos da Amazônia não é simplesmente uma pintura. Pincel chato e tinta acrílica dão vida à tradição da região de abrir letras de barco. É assim que se chama o saber popular tradicional de várias comunidades ribeirinhas da Amazônia, ainda pouco percebido como atividade cultural. O artista recebe encomendas de donos de barcos com o objetivo de identificá-los, mas, sobretudo, torná-los únicos.

O projeto **Letras que Flutuam**, da empresa Mapinguari Comunicação Visual, trouxe essa arte imbuída de heranças culturais presentes nas regiões de Santarém, Marajó, Foz do Tocantins e Belém, no Pará. A partir desses locais, estendeu-se para municípios próximos, realizando o inventário e catalogação da arte e dos artistas. A ação abordou as prováveis origens, a história dessa arte, as influências que recebeu, a relação com o modo de vida ribeirinho e os desdobramentos e transformações a partir do desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas de trabalho.



A arte de escrever em barcos

Os abridores de letras geralmente aprendem o ofício com outros mestres desta arte. Luís da Silva Solto Júnior foi aprendiz quando tinha 14 anos. Hoje, depois de 25 anos, vive de abrir letras em barcos na região de Belém. “Comecei imitando o Rosildo, quem me ensinou, mas depois dominei a prática e hoje tenho meu próprio estilo”, conta. Luís afirma que faz o trabalho em, pelo menos, um barco por semana, dependendo da época. “Mês de setembro e parte de outubro chego a trabalhar em quatro ou cinco barcos por semana pois todo mundo quer deixar sua embarcação bonita para o Círio de Nazaré”. Já Mário Luiz Leão Gaia, da cidade de Bacarena, conta que desde criança gostava muito de desenhar e aprendeu o ofício sozinho. “Eu sempre fazia muitos desenhos e pendurava pelas paredes da casa. Sempre gostei de arte, de desenhar paisagens e letras”.

A quantidade de detalhes da pintura fica a cargo do próprio abridor de letras pois depende da área disponível e do número de caracteres. Barcos com nomes compostos, por exemplo, terão as letras mais simples, caso sejam aplicadas em embarcações de pequeno porte. O primeiro passo do

trabalho é medir as laterais do barco e fazer um esboço do projeto, que servirá de guia. Nas laterais, o artesão risca, a lápis, as linhas de guia. Não há regras ou respeito a proporções, mas, sim, uma relação entre o tamanho do nome a ser escrito e o espaço disponível. O preço do serviço é determinado pela quantidade de letras, cores e enfeites desejados pelo cliente, o proprietário da embarcação. “Cada um pede uma cor, um nome e, aí, o que ganhamos depende muito”, explica Luís.

A ação levantou que as letras são grossas e com cores vivas, com predomínio do azul, vermelho, amarelo e verde. Simples ou enfeitadas, as letras de barco, sempre apresentam sombras que, por sua vez, são obrigatoriamente divididas ao meio. “Esta, na verdade, é uma característica marcante, apresentando uma cor na parte superior e outra na parte inferior. O resultado é impactante, identifica a embarcação, que é reconhecida ao longe, mesmo por aqueles que não sabem ler”, esclarece Fernanda Martins, designer e idealizadora do projeto **Letras que Flutuam**.



A curiosidade abriu espaço para ações de salvaguarda

Logo que se mudou para a capital paraense, Fernanda Martins ficou curiosa com as diferentes tipologias das letras expressas nas embarcações da cidade de Belém. Por ser tipógrafa, ela ficou impressionada com referências à letra vitoriana do século XIX e com o tamanho grande dos títulos que identificavam os barcos na Amazônia. Ela começou, então, coletando registros em Manaus, no Amazonas, Macapá, no Amapá, São Luís, no Maranhão, Santarém, Marajó e Belém, no Pará. “Em 2006, já com um amplo acervo de registros e alguns abridores identificados, decidimos valorizar essas referências em projetos de design gráfico, já pela nossa empresa, a Mapinguari Design, fundada na época com Sâmia Batista. Criávamos marcas para associações e projetos diversos, com base nas letras decoradas”, relembra Fernanda.

Em 2008, uma monografia de especialização realizada por ela na Universidade Federal do Pará (UFPA) aprofundou a pesquisa e, no mesmo ano, a empresa fez um projeto cultural

sobre os aspectos peculiares das tipologias amazônicas. “A partir daí conquistamos prêmios que possibilitaram o registro da pesquisa com maior refinamento e dedicação, como o *Prêmio Amazônia Cultural*, a *Lei Semear de Incentivo à Cultura*, o prêmio *Rumos*, do Itaú Cultural, dentre outros”, conta.

A Letra Vitoriana

A *tipografia vitoriana* é assim chamada por ter sido contemporânea do reinado da Rainha Vitória, da Inglaterra, que durou 63 anos, entre 1837 e 1901. Além de ter sido o mais longo de um monarca britânico, este período representa a estética dominante no século XIX, época da revolução industrial, do florescimento do comércio global e do surgimento da publicidade

Fonte: Fernanda Martins, disponível em: <https://www.academia.edu/3836036/LETRAS_QUE_FLUTUAM_O_Abridor_de_Letras_e_a_Tipografia_Vitoriana>. Acesso em: 25 set. 2018. (Citação presente nas páginas 41 e 42).



Embora poucos percebam, o design é uma das áreas mais conectadas com o Patrimônio Cultural em comparação a outras manifestações. Ele carrega a comunicação que atravessa o tempo e registra características formais de cada época. Apesar de estar relacionado às mídias efêmeras (cartazes, placas, fachadas, sinalização, etc), também é um elemento que resguarda informações de caráter histórico, pois é influenciado pelo contexto e, ao mesmo tempo, influencia igualmente o seu entorno”.

Fernanda Martins



Sâmia Batista, atualmente também coordenadora do projeto, explica que a região tem se mostrado como um riquíssimo campo de pesquisa para quem trabalha com a visualidade, pois sintetiza a convivência entre o período pré-colonial, a influência europeia e a modernidade. De outro lado, a dimensão do estado do Pará é uma dificuldade. “Sabemos que a manifestação do ofício dos abridores de letras é um aspecto do estuário amazônico, apresentado diferenças entre cada localidade. Por isso dividimos o projeto em cinco polos, Belém, Marajó, Santarém, Baixo Amazonas e Salgado, mas até agora só conseguimos mapear formalmente dois deles - Belém e Marajó -, por conta do custo de realizar uma pesquisa em tão extensa área”, explica.



O reconhecimento

Valorizar práticas como abrir letras contribui para a melhoria da renda local. “Os artistas gostam de ser elogiados, reconhecidos”, afirma o abridor Mário, de Bracarena. “Já sentimos efeito no nosso dia-a-dia. Melhorou nossa visibilidade e as encomendas de letras aumentaram, a gente já está ganhando mais”, completa Luís, artista de Belém.

Para Fernanda Martins, o projeto revela os aspectos econômicos dos lugares, como questões relativas à estratificação social extrema vivida na Amazônia. “A sobrevivência da comunicação visual popular também está relacionada à falta de recursos na região, pois é mais barata do que a impressão computadorizada. Mas esse saber popular está ameaçado, pois os jovens não querem mais aprender a abrir letra”, lamenta.



O futuro

O projeto já identificou mais de 100 abridores de letras e entrevistou cerca de 80 desses artistas, mas falta ainda mapear outros polos na Amazônia. Fernanda e Sâmia também querem desdobrá-lo em mais ações educativas para o repasse da tradição. “É importante focar nos mais jovens para que essa cultura não suma. A tecnologia vai atrapalhando, afastando as pessoas dessa tradição”, opina o abridor Mário Gaia.

Entretanto, as coordenadoras do projeto vislumbram alternativas para que essa arte seja difundida e preservada. “Sonhamos que os abridores se enxerguem como um grupo cultural importante, organizando ações que permitam não só o intercâmbio de técnicas como também a criação de produtos para geração de renda. Outro desejo é que a letra decorativa amazônica seja ainda mais apropriada pela população local, aplicando a letra em design gráfico, moda, tatuagens, sinalização, dentre outros suportes”, conclui Sâmia Batista.

Letras que Flutuam já promoveu ações de salvaguarda e sustentabilidade desse saber por meio da realização de palestras, suvenires e objetos inspirados por essa estética, além de oficinas realizadas por artistas que ensinaram suas técnicas a crianças, jovens e adultos. Uma outra ação, o documentário *Marajó das Letras: os abridores de letras da Amazônia Marajoara*, elaborado por meio de um processo de construção conjunto com as comunidades, em 2017, também guarda a tradição de abrir letras.

“As cidades ribeirinhas na Amazônia são muito dinâmicas em termos de visualidade, há uma beleza muito peculiar na iconografia de cada lugar”.

Sâmia Batista

Origem da tipologia

O Projeto Letras que Flutuam levantou que estas letras navegam pelos rios da Amazônia há pelo menos 150 anos. A prática está associada, provavelmente, à chegada da navegação a vapor na região, a partir da década de 1850. Estes barcos traziam impressos os cartazes e os programas de seus roteiros, que eram apresentados nos portos em que passavam. O auge do ciclo da borracha, entre as décadas de 1890 e 1910, aumentou substancialmente a troca de serviços e mercadorias.

Além da influência europeia, Fernanda Martins explica que a prática também é influenciada pela comunicação visual globalizada, expressa pela televisão, internet, a moda e outras manifestações, mas o abridor de letra sintetiza essas influências e personaliza as embarcações de forma bastante característica, ressaltando sua autoria pela técnica. “Perceber essas características nos ajuda a compreender quais influências estéticas vigoram na região, permitindo também reivindicar a autenticidade desse Patrimônio Cultural como um aspecto fundamental da identidade amazônica contemporânea”, considera a designer.



II Caravana do Museu Indígena Tremembé

Ceará

Troncos velhos que preservam tradições



O conjunto de práticas cotidianas, crenças, rituais, modos de vida, de celebrar, o que se come, se bebe, como se dança, como se fala, como se mora, essas práticas, muitas vezes presentes no nosso dia-a-dia, são permeadas por rastros de várias culturas dos diferentes povos indígenas que vivem e viveram nessas terras hoje chamadas de Brasil. Apesar de todo esse legado, dizimados do país, os remanescentes desses povos ainda lutam para manter e preservar sua cultura.

Preocupados em garantir que suas tradições, seus costumes, a riqueza de sua cultural, enfim, fosse preservada e transmitida por gerações e gerações, o Pajé Luís Caboclo, da aldeia da Varjota, e o Cacique

João Venança, da aldeia Tremembé de Almofala, ambas no município de Itarema (CE), tiveram a ideia de percorrer todos os povos indígenas do Ceará para chamar atenção de cada um deles a respeito da importância de manter essas culturas vivas. Os dois idealizaram e organizaram a **II Caravana do Museu Indígena Tremembé**, que passou a levar, às diversas aldeias de 14 diferentes etnias, atividades que contribuem para a preservação da memória, do patrimônio imaterial e para o resgate e a difusão da cultura dos povos indígenas do estado. Para o Pajé Luís Caboclo, “o projeto criado na Aldeia Tremembé de Almofala se tornou importante fora da aldeia porque chegou a todas etnias indígenas do Ceará como uma nova certeza de aprendizado da cultura indígena”.



Proposta pelo Conselho Indígena Tremembé de Almofada, do Ceará, por intermédio de Everthon Damasceno, a **Caravana** realizou uma série de oficinas, palestras, rituais sagrados, danças e apresentações artísticas com esse propósito. “O projeto surgiu da ideia de preservar a memória da cultura dos povos indígenas no Ceará e difundir essa cultura para as novas gerações de indígenas e para o povo Brasileiro”, conta Everthon Damasceno. Foi assim que, durante sete meses, entre 2016 e 2017, a **Caravana** percorreu 15 municípios e 31 aldeias de 14 povos indígenas distintos, chegando a cada comunidade para contribuir para o fortalecimento da Cultura Indígena e suas vivências sagradas. Para Everthon, o desafio era exatamente unificar as etnias devido a distância entre as comunidades. “Para vencer essa dificuldade, criamos uma

Caravana que viaja as 14 etnias do Ceará, contando com profissionais como palestrantes, antropólogos, artistas indígenas, técnicos, troncos velhos (indígenas idosos) e outros profissionais”, explica.

As trocas de saberes e costumes

As rodas de conversas ocorriam sempre à luz de fogueiras, pois, para os indígenas, a fogueira é um elo com seus ancestrais. Os *Troncos Velhos*, então, traziam narrativas sobre costumes, crenças, objetos do passado, espiritualidade, culinária, artesanato e utensílios domésticos de madeira, barro e pedra e, também, sobre as lutas travadas por terras e pelo direito de existir.



Os *Troncos Velhos* são idosos que detêm domínio sobre saberes e fazeres que se relacionam com as matas, com os procedimentos de cura, com artesanatos e utensílios de barro e de fibras naturais, com as águas e com os ares e com a espiritualidade. É uma liderança tradicional de um povo indígena, uma referência na reprodução da cultura indígena, sendo muito importante para a continuidade de tradições específicas de cada povo.

A ancestralidade é um elemento muito importante para os povos tradicionais. É ela que regula as práticas e representações, simboliza a resistência e perpetua-se como memória e prática dessas populações”. MORAES WICHES, Camila. **Territórios e memórias: diálogos sobre o patrimônio arqueológico e cultural**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2017. 40 p.

“Passados mais de quinhentos anos do início da ocupação colonizadora portuguesa no Brasil, a resistência indígena se apresenta fortalecida, marcada por uma diversidade cultural que mantém tradições num movimento dinâmico de incorporação de novos hábitos que inovam, transformam e ressignificam a cultura desses povos”.

Edson Machado de Brito (Edson Kayapó), “O ensino de História como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 11, p. 59-72, 2009. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/624/418>



Com a mediação do Cacique João Venâncio e Pajé Luís Caboclo, a cultura material e imaterial ficou em evidência nas trocas de saberes durante as rodas de conversa e nas exposições de artesanatos e de objetos do cotidiano. Essa troca acaba sendo muito importante para as culturas indígenas cearenses, pois marca as identidades particulares de cada grupo, por meio do intercâmbio de informações sobre elementos culturais. “O projeto pensado como uma vivência do povo Tremembé se tornou importante porque foi desenvolvido como uma contribuição cultural para todas etnias”, avalia o Cacique.

A diversidade de cada grupo expressa-se tanto nas narrativas de origem, de saberes e fazeres indígenas de diferentes ordens: de cura por reza, remédios tradicionais e trabalhos de incorporação, por trabalho de parto, por sinais da natureza, pela espiritualidade, pela produção de alimentos tanto na agricultura, como na caça como

na pesca e coleta. São tradições, crenças, costumes, memórias, saberes e fazeres específicos que cada um dos 14 povos indígenas do Ceará mantêm. Além disso, nos casos de povos que estão em mais de um município, tais como os Tabajara (Crateús, Poranga, Quiterianópolis e Monsenhor Tabosa), os Potyguara (Crateús, Monsenhor Tabosa, Fortaleza) e os Tremembé (Itapipoca, Itarema e Acaraú), há variações culturais importantes a serem consideradas.

Um exemplo da diversidade dessa cultura é o artesanato, na cidade de Aquiraz, onde a **Caravana** visitou o povo Jenipapo Kanindé. No local, os indígenas utilizam sementes, penas e diferentes fibras naturais. As peças são destinadas ao comércio, ao circuito do turismo étnico e, também, a diferentes usos do próprio povo, como vestir e adornar os indígenas em momentos especiais: reuniões, solenidades, rituais, festas, entre outros.



De Troncos Velhos para Pontinhas de Galhos

Para preservar a cultura dos povos indígenas, tanto o Cacique João Venança como o Pajé Luís Caboclo são enfáticos em dizer que a passagem do conhecimento é essencial e acreditam nos jovens (*Pontinhas de Galhos*) como um potencial. “A visibilidade do projeto **II Caravana do Museu Indígena Tremembé** é uma lição que deixamos para que no futuro nossos jovens deem prosseguimento dessa exemplar conquista”, espera o Cacique. “Isso prova que devemos incluir os idosos, jovens e crianças para que a memória, a tradição, a história da cultura dos nossos povos sejam uma prática nos nossos caminhos”, avalia o Pajé. A **Caravana**, então, acabou sendo também uma ferramenta de salvaguarda das culturas indígenas do Ceará por pensar a ideia de culturas indígenas no plural. Para os realizadores da Caravana, o trabalho de assessoramento antropológico foi imprescindível para se perceber a diversidade cultural existente com os povos indígenas. Por isso, optou-se pela produção de vídeos e cartilhas que dessem conta de apresentar o quanto diversas são suas manifestações no Ceará.

Para Everthon, as contribuições do projeto começam mostrando como as comunidades indígenas podem se integrar e trocar experiências e, como consequência, está a preservação desse Patrimônio Cultural. “O projeto criado na Aldeia Tremembé de Almofala se tornou importante fora da aldeia porque chegou a todas etnias indígenas do Ceará como uma nova certeza de aprendizado da cultura indígena”, avalia.

A edição dos vídeos e a escrita das cartilhas sobre os saberes dos troncos velhos estão em curso. Os materiais vão trazer temas que se revelaram nas distintas experiências vivenciadas pela equipe da **Caravana** nas aldeias visitadas. Nesse sentido, a difusão desse material também é um vetor que compõe a ação de salvaguarda do patrimônio indígena cearense.



“A cultura que pertence aos *troncos velhos* (idosos) hoje está sendo divulgada com as *pontinhas de galhos* (mais novos)”.

Pajé Luís Caboclo

A II Caravana do Museu Indígena Tremembé contribui para a autoestima e a dignidade dessas comunidades, incentivando a manutenção das tradições e costumes das etnias, que vêm sendo passadas pelos Troncos Velhos para as novas gerações. “Nós indígenas lutamos muito para conseguir alguma importância perante a sociedade e, com esse projeto, esse reconhecimento, vamos continuar lutando para preservar ainda mais nossa cultura”, finaliza o Pajé Luís Caboclo.

Os indígenas do Brasil de hoje

Desde 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coleta dados da população indígena brasileira. O Censo 2010 revelou que são hoje 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, sendo que o estado do Ceará possui cerca de 20 mil indígenas, com pouco mais de 3 mil vivendo em terras indígenas. O estudo também investigou, pela primeira vez, o pertencimento étnico, sendo *etnia* a comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais. Foram identificadas 305 etnias a partir das pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas. Neste sentido, os Tremembés são 2.974 pessoas: 1.549 homens e 1.425 mulheres.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010: características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.



SONÁRIO DO SERTÃO

PERNAMBUCO E BAHIA



EU FALO, TU FALAS, NÓS ESCUTAMOS

Amanhece no sítio Bom Lugar, na cidade de Bodocó (PE). As galinhas d'angola cacarejam alto, param e continuam. Elas cantam assim quando tem algum medo, alguma ameaça; ou quando vai chover. Nesse dia, tinha um gavião sobrevoando no céu e Seu Zé de Citonho estava embaixo do umbuzeiro acompanhando as aves. Durante o dia, já em Várzea Nova (BA), Seu Dado conduz a carroça carregada de palma e puxada por jegue, que relincha durante trajeto. A carroça para e Seu Dado faz uma interjeição. O anoitecer no sítio Bom Lugar também tem sons: grilos gritam alto e as folhas do coqueiro também fazem barulho conforme o vento bate.

O sertão de Pernambuco e da Bahia traz uma orquestra que pouca gente escuta. É preciso ter sensibilidade para que os sons do cotidiano, da natureza, de práticas religiosas, de narrativas dos sertanejos, ladainhas e

músicas sejam ouvidos como uma orquestra harmoniosa que torna os sons do sertão um retrato de seu Patrimônio Cultural. Com uma formação diversa (em Comunicação Social e especialista em som), Camila Machado Garcia de Lima é responsável pelo projeto **Sonário do Sertão** - Pernambuco e Bahia - que, além de sensibilizá-la, despertou nela a importância de se registrar e inventariar os sons presentes nessas comunidades. "Essa foi a minha motivação inicial, atrelada também à dificuldade de encontrar sons de diversas partes do país. Existe uma grande quantidade de sons espalhados por bibliotecas e acervos, mas eles, na sua maioria, são genéricos ou vêm dos países do hemisfério norte ou, se brasileiros, das grandes capitais dos estados do Sudeste. Bibliotecas de sons que reflitam as especificidades das paisagens sonoras de cada região do país são raras e, de comunidades sertanejas, inexistentes".



Na prática, o projeto do **Sonário do Sertão** surgiu, então, a partir de uma experiência anterior de Camila em uma série de oficinas de formação nas comunidades sertanejas vinculadas ao *Movimento dos Pequenos Agricultores* (organização sem fins lucrativos, de caráter nacional e popular, que faz parte da articulação internacional de movimentos camponeses) em regiões em que atua na luta contra agrotóxicos e conflitos de terra.

Desse processo, Camila sentiu a necessidade de se aprofundar nos registros e a parceria dela com as comunidades gerou oficinas de audiovisual nas localidades de Várzea Nova e Várzea Queimada, na Bahia, e Bodocó, em Pernambuco. A partir daí, foram identificadas variadas atividades culturais e artísticas que nunca haviam sido registradas em meios audiovisuais. Os diálogos com as lideranças, anciãos e anciãs, e com os jovens também apontavam para a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural dessas comunidades.

Sons que reivindicam

Camila imergiu no cotidiano do sertão em busca de o que ela chama de *experiência sonora*, ou seja, “algo que não se resumia a escutar novos sons que se diferenciavam dos da minha alteridade e da minha comunidade, mas perceber como esses sons eram reincorporados, como podiam ser considerados vínculos entre as pessoas e como formavam a própria cultura de um povo, além de serem também produzidos por ela”. Seu projeto foi pensado, então, como uma proposta de investigação da memória coletiva, como prática social por meio da transmissão de experiências em comunidades a partir de seu imaginário sonoro.

Para que esse movimento ocorresse, Camila contou com o total envolvimento das comunidades locais e com parceiras diretas: Maria Gilvanir Cícera de Souza, a Vani, de Pernambuco, e Érica dos Santos e Eulália dos Santos, ambas da Bahia. “Elas foram as articuladoras e coordenadoras do projeto em cada estado. O envolvimento e participação delas são os grandes motivos do projeto acontecer”, salienta Camila.

Segundo Vani, o **Sonário do Sertão** trouxe uma outra perspectiva para sua comunidade. “O campo é visto com preconceito, como lugar de atraso, portanto, cabe a nós, camponeses, mostrar quem somos e o que produzimos. Temos uma cultura que carrega um sentido valioso de saberes, mas que muitas vezes não é vista. Divulgar nossas manifestações é conhecer um pedaço importante do Brasil, um lugar chamado sertão, que tem suas características. O projeto ressalta a cultura camponesa do sertão e, com isso, evidencia o nosso povo e suas contribuições na formação de um Brasil diverso”.

Érica também compreende que o povo sertanejo não é valorizado. “Trabalhar como vivem os camponeses do semiárido baiano é dar voz a uma população que não é reconhecida e é tratada com indiferença. Ou seja, torná-la protagonista dos processos é fazer o trabalho de fortalecimento da identidade camponesa. Nem inferior ou superior, somos iguais e precisamos ser respeitados”, completa.



“ Os caminhos da escuta e do encontro são os principais que devemos trilhar para a preservação do Patrimônio Cultural. Muitas são as vozes, os sons, os ruídos que compõem nossa memória, tradições, história e práticas culturais, mas que foram duramente silenciadas, deixando que uma única voz reverberasse e dissesse quem somos. Porém, somos muitas, várias etnias, culturas, nações e, sem nos escutar, nos conhecer e nos encontrar, não conseguiremos caminhar juntas para que a diversidade cultural brasileira continue florescendo e resistindo”.

Camila Machado Garcia de Lima



Sons da vida

Com um processo participativo, em 2015, o **Sonário do Sertão** começou a ser desenvolvido. Foram realizadas oficinas de capacitação técnica para os registros de áudio, levantamento do que seria registrado, debates e formação sobre a cultura do ouvir e a prática da escuta.

O **Sonário** conta com registro de sons do cotidiano do semiárido brasileiro, como canto dos pássaros, som de carroças em movimento, do entardecer, de galinheiro, assim como os sons de grupos musicais, cantigas, orações, os cantos de trabalho e melodias assoviadas durante a plantação da mandioca e festas religiosas. As histórias narradas pelas anciãs e anciãos foram também registradas e, nessas conversas, os cantos e diversos sons participam no meio das narrativas, onde o contar e o cantar tornam-se uma coisa só. “Estamos num lugar de uma cultura diversa, com práticas religiosas lindas, como as renovações, novenas, São Gonçalo, São João, mas que temos o repente, o aboio, o buzo, os forrós nos terreiros, as rodas de conversas e tantas outras práticas da comunidade que nos enriquece no que se refere às tradições culturais, nossas comidas, nosso jeito de falar. É muito importante trabalhar com a comunidade para preservar e valorizar essa cultura”, opina Vani.

“ Com a construção da biblioteca, estamos criando um acervo para o Samba Brasileiro da comunidade Várzea Nova, do reisado, da cultura de matriz africana do Quilombo de Várzea Queimada. Além disso, conseguimos trabalhar com os produtores destas culturas, incentivando os jovens sobre a importância e de como essas culturas fazem parte do nosso cotidiano. Ou seja, este projeto possibilitou sistematizar as culturas destas comunidades e também nos chamou a atenção para a necessidade de termos outras formas de arquivos desta cultura para além dos sons, como a transcrição das letras das músicas, por exemplo”.

Érica dos Santos



Camila explica que o projeto tinha como alicerce três ações: a formação, a preservação e a divulgação. Dessa maneira, o levantamento de mais de mil registros sonoros, aos poucos, vem sendo classificados e indexados. O acervo no site (www.sonariodosertao.com) do projeto já conta com mais de cem faixas sonoras. Nele, é possível acessar os sons capturados nas três comunidades envolvidas, escutá-los e baixá-los. “Essa ação se preocupa principalmente com o alcance fora do local onde os sons foram colhidos, estimulando o contato de pessoas que não conhecem o sertão através de seus sons. A divulgação virtual permite um encontro por meio da escuta com o Patrimônio Cultural sertanejo, essencial na formação da cultura brasileira. O sertão sempre teve protagonismo apenas como local inóspito, de escassez e de falta. O **Sonário** atua como um meio que ajuda a destacar sua fartura cultural, histórica e social”, considera Camila.

Além desse protagonismo da cultura sertaneja, Érica salienta que o projeto é uma oportunidade de resgate e preservação de memória. “A biblioteca no site possibilitou o acesso de pessoas e instituições à nossa cultura. Muitas pessoas que não moram mais no campo estão podendo escutar e se lembrar do tempo em que viveram aqui, mantendo vivas as culturas pertencentes a estas comunidades e região, possibilitando o conhecimento e a preservação na memória das raízes culturais de uma população criativa”.

Sons que significam

Com o projeto, Camila conseguiu identificar uma série de significados atribuídos aos vários sons do sertão. “Não era raro escutar a associação de determinados sons à chegada da chuva, tão desejada no semiárido brasileiro, ou a mal agouro. Segundo as pessoas da comunidade em Bodocó, se o galo canta de noite cedo, antes das dez da noite, é sinal que alguém morreu ou que a mulher ou o homem de outra pessoa foi roubada. É um canto agourento e penoso. Se a galinha cantar como um galo, também é mal agouro”, conta Camila.

Ela conseguiu traçar mudanças no cotidiano das comunidades visitadas por meio dos sons. Por exemplo, em virtude do acesso às tecnologias da produção do campo, determinados sons estão mudando. “Sons de trabalho como o quebrar milho/feijão/andú com uma vara ou da casa de farinha, hoje foram substituídos por sons dos instrumentos mecanizados”.

De outro lado, Camila também percebeu que acabaram alguns sons de cantos entoados durante atividades coletivas cotidianas. “Na comunidade quilombola de Várzea Queimada (Bahia), narraram que os cantos na beira do açude, enquanto se lavava roupa, deixaram de existir a partir de 2007, quando foram contemplados, depois de muita luta, com o projeto de água encanada”, observa Camila.



O futuro do Sonário

O projeto também é voltado à formação, seja na capacitação técnica em registro de áudio ou na formação de pesquisadores e pesquisadoras locais, com especialização em escuta e empoderamento das ferramentas de inventário e registro. “Ao promover o diálogo, a escuta e as gravações, esse encontro une toda a comunidade. Jovens partem para se gravar, gravar seus anciãos, suas lideranças. A memória, a história e a tradição se unem ao cotidiano”, acredita Camila.

Todos os equipamentos utilizados no **Sonário do Sertão** permaneceram nas comunidades. Com as oficinas, mais de 50 jovens foram formados em atividades de captação de áudio, escuta atenta, pesquisa, identificação e levantamento do acervo, valorizando a sua participação na construção da própria memória sonora.

Camila explica, também, que pretende realizar uma nova fase do projeto, com atividades de escuta e registro nas comunidades. “Queremos realizar a manutenção do que já temos, como a renovação do site e sua tradução para o espanhol, abrindo possibilidades de integração com comunidades da América Latina. Com o reconhecimento nos sentimos mais animadas a buscar parceiros que apoiem a realização do projeto e estamos confiantes que será bem recebido por diversos setores da sociedade”, conclui.



Amanhecer em Bodocó - PE



Seu Joaquim e Casa de Farinha



Guinés (Galinhas d'Angola)



Comissões Estaduais
de avaliação

Comissão Nacional: uma missão cumprida

Para se chegar ao resultado final do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, o Iphan conta com o apoio e a dedicação de diversos especialistas nas áreas ligadas ao Patrimônio Cultural. Assim, a Comissão Nacional de Avaliação desempenha um papel de extrema relevância para a promoção dos bens culturais do Brasil e é responsável pela seleção dos trabalhos premiados. Atualmente, é formada por representantes de instituições públicas e da sociedade civil, experientes, qualificados e envolvidos em caráter permanente com a produção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Originalmente, a Comissão Nacional de Avaliação do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** era formada apenas por servidores do Iphan, que se detinham a reconhecer os próprios funcionários da Instituição, ou nomes que, de alguma maneira, eram conhecidos por uma atuação no campo do Patrimônio Cultural. A partir de 1995, o Prêmio passou a ser um edital público e, também, a Comissão Nacional de Avaliação começou a ser composta por representantes de outras instituições.

Comissão Nacional de Avaliação

31ª Edição Prêmio Rodrigo

Melo Franco de Andrade

Kátia Bogéa

Presidente do Iphan e da Comissão Nacional de Avaliação;

Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Cooperação de Fomento do Iphan;

Ana Lucia Abraham

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nilton Lins, em Manaus (AM), e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq *Educação, Saúde e Sustentabilidade na Amazônia*;

Ana Lucia de Abreu Gomes

Historiadora pela Universidade de Brasília, professora de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e líder do Grupo de Pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação;

Andrey Rosenthal Schlee

Arquiteto e urbanista e professor titular da Universidade de Brasília e diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan;

Aneide Santana

Historiadora, servidora pública da Prefeitura de Olinda e pesquisadora do Arquivo Público de Olinda;

Flavio Carsalade

Arquiteto e urbanista, professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e diretor da Editora UFMG;

José Carlos Cordova Coutinho

Arquiteto, professor emérito da Universidade de Brasília, cidadão honorário de Brasília;

Leticia Vianna

Antropóloga pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Universidade de Brasília e Consultora da Unesco;

Lincoln Antonio Campos Alves

Economista e professor Universidade Federal do Amazonas;

Luiz Alberto Ribeiro

Historiador e museólogo, professor da escola de Belas Artes na Universidade Federal da Bahia e integrante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andres

Engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diretor Estaleiro-Escola do Maranhão e Conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, onde integra também a Câmara do Patrimônio Imaterial;

Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto

Professora associada da Universidade Federal Fluminense na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidade;

Marcus Vinicius Carvalho Garcia

Antropólogo social pela Universidade de Brasília, coordenador da Divisão Técnica da Diversidade Linguística do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan;

Maria Elaine Kolsdorf

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora-adjunta aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília;

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

Antropóloga, professora titular de Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Nilcemar Nogueira

Psicóloga social, fundadora do Centro Cultural Cartola, criadora do Museu do Samba e secretária da Secretaria de Cultura da cidade do Rio de Janeiro;

Paula Porta

Historiadora social pela Universidade de São Paulo, pesquisadora em projetos de cultura e coordenadora de produção de relatório sobre a trajetória decenal da ação institucional do Iphan;

Robson Antonio de Almeida

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina e diretor do Departamento de Projetos Especiais do Iphan;

Romeu Duarte

Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, representante titular da Universidade Federal do Ceará na Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza e no Conselho Estadual das Cidades;

Sônia Regina Rampim Florencio

Cientista social pela Universidade Estadual Paulista, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e coordenadora de Educação Patrimonial do Iphan.

Vera Bosi de Almeida

Arquiteta, especialista em planejamento habitacional, servidora aposentada do Iphan;



Teatro da Paz - Belém (PA)

Acervo Iphan

O cenário da maior festa do Patrimônio Cultural Brasileiro

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Belém passou por grandes transformações que foram financiadas pelos recursos provenientes da exploração e exportação da borracha. Foi um grande processo de urbanização e embelezamento da cidade que passou a contar com melhor infraestrutura, ruas pavimentadas e arborizadas, muitos palacetes e construções. A decoração eclética, com forte influência *art nouveau*, é presente no interior das residências e, também, em alguns edifícios coloniais, como o Palácio dos Governadores, o Palácio Antônio Lemos e o paço municipal.

O antigo Teatro Nossa Senhora da Paz, construído entre 1874 e 1878, também é um dos edifícios que marcou essa época. Hoje conhecido como Teatro da Paz, depois de restaurado pelo Iphan, recebe a festa de premiação da **31ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Com projeto original do engenheiro militar José Tibúrcio de Magalhães, o teatro foi inaugurado em 15 de fevereiro de 1878, durante o período áureo do Ciclo da Borracha, e quando Belém foi considerada *A Capital da Borracha*.

Desde então, várias reformas foram feitas que alteraram o estilo neoclássico da fachada, tornando-a eclética. O interior também foi modificado em sua planta e estilisticamente enriquecido. Muitas são as belezas desse teatro que vão abrilhantar a festa. Entre elas, o pano de boca, uma alegoria à República, foi pintado em Paris pelo cenógrafo Carpezat; o painel do teto, pintado por De Angelins, representa Apolo; no imenso foyer, o teto é decorado com motivos regionais.

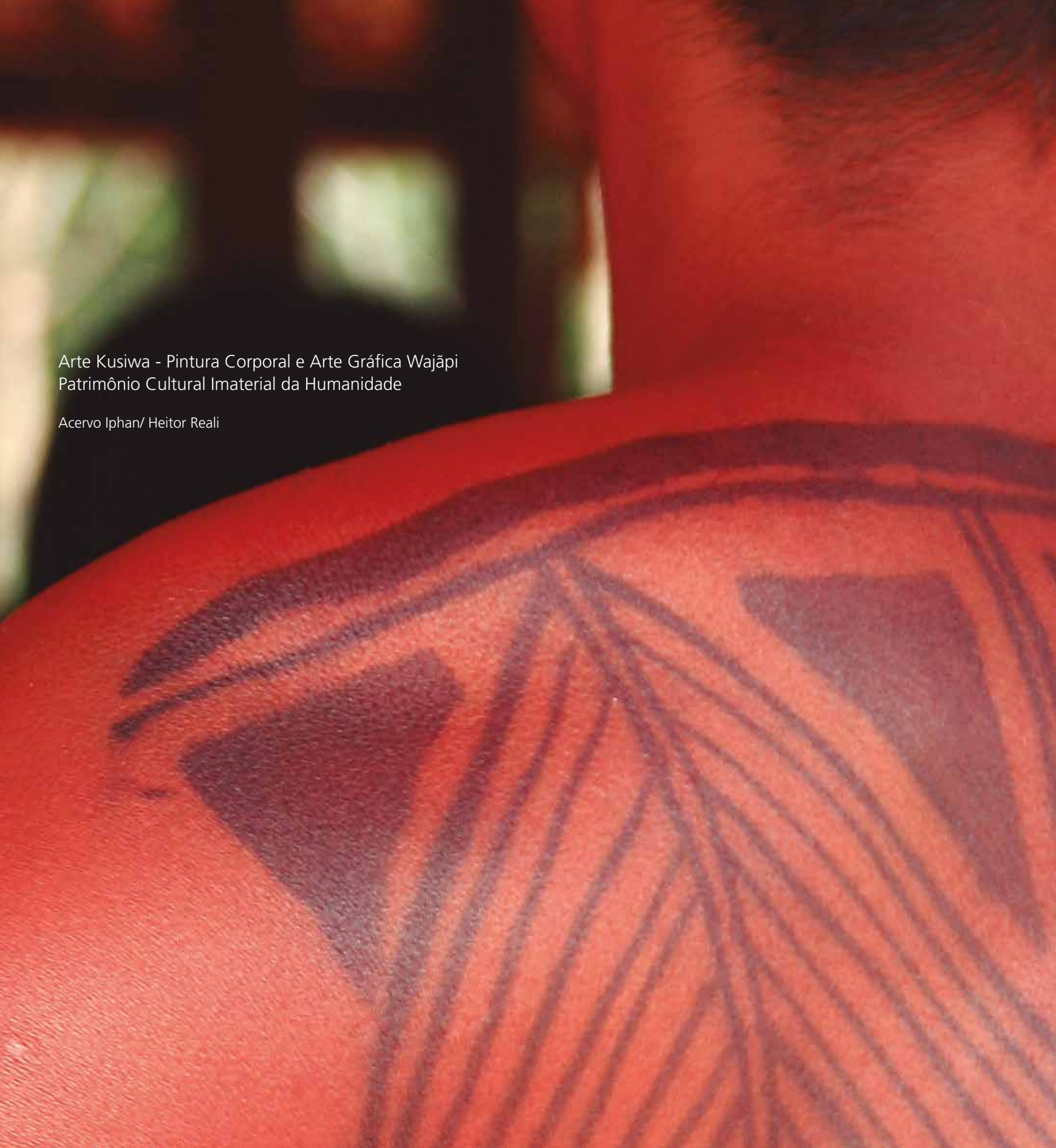
A celebração do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** é um evento emocionante, ambientado pela riqueza e a diversidade cultural do Norte do Brasil. Por meio de vídeos, apresentações culturais e um show especial, mostra a força cultural desta importante região do Brasil, envolvendo sempre os sete estados do Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O Carimbó, dança tradicional paraense e bem registrado pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, acompanha também apresentações de outras expressões tradicionais do Norte, como o Boi-Bumbá de Parintins, do Amazonas, e o Marabaixo, do Amapá.

Lia Sophia

Este ano, fechando a celebração, o palco do Teatro da Paz é o cenário para a artista revelação de Belém, **Lia Sophia**. Ela é mais uma das atrações da noite que traz na sua bagagem pessoal muitas histórias do Norte. A Guiana Francesa é seu local de nascimento; o Amapá, a ponta do mapa que une o Brasil ao Caribe, é terra da família e da infância; o Pará, dos ritmos da Amazônia, é lugar onde começou a carreira como cantora e compositora.

Lia Sophia assina obra sofisticada e contemporânea que mistura ritmos da Amazônia, como o carimbó e a guitarrada, a batidas internacionais como o zouk e o eletrônico, criando uma música original, tropical e dançante. Com quatro discos lançados, *Livre* (2005), *Castelo de Luz* (2009), *Amor Amor* (2010) e *Lia Sophia* (2014), um EP - *Salto Mortal* (2011) e um single – *Sempre Te Esperei* (2015), a artista emplacou várias músicas em trilhas de novelas da televisão brasileira, com destaque para *Ai Menina*.





Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Acervo Iphan/ Heitor Reali





XINGU RIO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



IPHAN

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO
FEDERAL